

A ÉTICA E A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR

LARISSA MARUITI

A ÉTICA E A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR

LARISSA MARUITI

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Concentração:
Instituição Educacional e Formação do Educador

Orientador: Dr. Levino Bertan

371.1
M389e

Maruiti, Larissa

A ética e a formação do administrador /
Larissa Maruiti – Presidente Prudente, 2009.
110 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) –
Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE:
Presidente Prudente – SP, 2009.
Bibliografia

1. Ética – Docente. 2 Instituição de ensino -- I.
Título.

LARISSA MARUITI

A ÉTICA E A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Presidente Prudente, 11 de novembro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho.
Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE
Presidente Prudente - SP

Prof. Dr. Levino Bertan.
Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE
Presidente Prudente - SP

Prof^a. Dra Maria Regina Clivate Capelo.
Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE
Presidente Prudente - SP

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais que nunca mediram esforços e estiveram sempre presentes em todos os momentos de sua realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar forças para concretizar este trabalho.

Agradeço ao meu Pai, Nobuo, que sempre me acompanhou nas viagens para a realização de meu mestrado e à minha mãe, Nely, que sempre contribuiu e apoiou para a realização de meus estudos.

Agradeço ao meu amigo, meu companheiro Deolindo, que me dá força, apoio e condições para que eu sempre possa realizar um bom trabalho.

Agradeço ao professor e orientador da minha dissertação, Dr. Levino Bertan, que me apresentou à UNOESTE e me incentivou a caminhar para tentar um lugar no curso de mestrado e me apoiou para dar continuidade e finalizar minha dissertação.

Agradeço à Professora e Dr^a. Sônia Maria Vicente Cardoso, que foi minha professora e me deu toda a estrutura e o embasamento para a realização da minha dissertação e que, através de suas aulas, contribuiu para a minha profissionalização.

Agradeço ao Professor e Médico Dr. Ayres José Gonçalves Pinelli, que da minha viagem para o mestrado em Presidente Prudente tornou uma nova esperança para o meu pai, que estava doente, e que já está praticamente curado.

RESUMO

A Ética e a Formação do Administrador

A pesquisa focaliza o curso de graduação de administração de empresa de uma instituição pública localizada no Paraná, que prepara profissionais para atuarem em empresas públicas e privadas e em outros setores administrativos. Tem por objetivo enfatizar a importância da dimensão ética no curso envolvendo a gestão da escola, os professores que ministram as disciplinas e as consequências éticas para a formação dos futuros administradores. Daí a pergunta: Por que a ética deve estar presente num curso específico da área de administração que forma pessoas que exercerão cargos em empresas? Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho filosófico. Para análise da realidade recorreremos ao referencial teórico de uma bibliografia pertinente, além do regimento da instituição, do programa das disciplinas e da matriz curricular do curso. Foram observados os fenômenos concretos da escola e os vividos pelos professores. Também foi feito um paralelo da matriz curricular de outras duas escolas de administração. Dos dados coletados juntos dos documentos e das observações realizadas, constatou-se que a questão ética não faz parte do curso, nem da disciplina e nem do projeto do curso como um todo. Ao passo que nas outras duas escolas a ética é abordada em disciplina específica. Os dados coletados apontam para a necessidade de um projeto pedagógico construído pela escola, que focalize a necessidade da ética na formação dos futuros administradores.

Palavras-Chave: Ética -- Docente; Administração; Instituição de Ensino.

ABSTRACT

Ethic and Administrator Formation

The research has focus in the administration graduation course in a public institution located in Paraná, preparing professionals for actuate in the public and private companies and other administrations areas. The objective is to point out the dimension of ethic importance in the course involving school conduct, the professors that minister the subject and the ethics consequence for the formation of the future managers. The doubt is: Is it possible do not give importance for the ethics teaching in the specific curse in administration area where prepare professionals that will work in administrative job ? Is a qualitative research, and had a philosophy method. For the reality analyze was used the bibliography theory reference, and institution regiment, discipline program and also the curriculum course. Was observed the school real phenomenon and that has lived a long time by the professors. And also was made a comparative of the two institutions curriculum.

About the information got together the documents, the observations realized, evidenced that ethic question is not in the course, and the subject is not too. The results pointed for the necessity of the pedagogy project made thought the school, where focus the ethic necessity for the future managers graduation.

Key-words: Ethic -- Professor; Administration; Institution of teaching

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 Objetivos	16
1.2 Problema	17
1.3 Metodologia da Pesquisa	18
1.4 Estrutura	21
2 A QUESTÃO ÉTICA E SEUS FUNDAMENTOS	22
2.1 A Ética e a Moral	26
2.1.1 O antiético e o aético	31
2.2 Ética Profissional e sua Importância	32
2.3 Os Interesses Pessoais e a Ética	36
2.4 Ética, Política e Administração	39
2.5 A formação do Ser Humano e a Responsabilidade Social.....	42
3 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	48
3.1 Código de Ética do Administrador	51
3.2 O aluno e o seu interesse pela aprendizagem: uma questão de valores?	52
3.3 A influência ética do professor na vida do aluno	56
3.4 A ética profissional nas disciplinas acadêmicas	57
3.5 A análise dos currículos	62
3.6 Aspectos Históricos	64
3.7 O Currículo do Curso de Administração	65
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
ANEXOS	79
Anexo A - Código de Ética Profissional do Administrador	80
Anexo B - Regimento Interno 2004	99
Anexo C –Diretrizes Curriculares.....	91
Anexo D –Papéis diferentes que o professor exerce em sala de aula.....	97
Anexo E – Perfil do curso de administração de empresas da faculdade.....	102
Anexo F –.Notícias expondo a importância da Ética.....	104
Anexo G – Matriz Curricular dos Cursos de Administração de Empresas.....	107

1 INTRODUÇÃO

Os homens não desejam aquilo que fazem, mas os objetivos que os levam a fazer aquilo que fazem.

PLATÃO

Ao atuar como docente do curso em uma escola de ensino superior da rede pública e fazer parte do corpo dirigente de uma empresa onde se vê a necessidade de a ética estar mais presente no ensino superior, constata-se que ela praticamente não faz parte do curso de formação dos administradores. Há a preocupação exclusiva com a formação do profissional, com a educação técnica deixando de lado a humanística. Não há uma disciplina específica que trata o assunto. Daí o interesse pelo tema, pois se percebe que o trabalho docente, como qualquer outro tipo de intervenção educativa, deve ser encarado como algo que envolve os indivíduos, as circunstâncias organizacionais e os contextos interativos em que se enquadram, sem esquecer os grupos sócio-profissionais, as instituições e a sociedade em geral. É nesse enquadramento que se situa a perspectiva de Nóvoa (1991, p. 23).

Ao identificar três vertentes estratégicas que incluem a pessoa e a sua experiência, a profissão e os saberes que lhe estão subjacentes, e a escola e os seus projetos, que no seu entender, viabilizam que a formação do profissional consiga ter, como eixo de referência, o desenvolvimento profissional dos docentes, na dupla perspectiva do professor individual e do coletivo docente. No confronto entre o ensino e o aluno idealizados e a realidade concreta da instituição acadêmica, o professor, enquanto profissional que ensina outro profissional, coloca-se numa posição ambígua, ora identificando-se, ora afastando-se do aluno. Dessa ambivalência emergem elementos que se contrapõem às justificações ideológicas que lhe apontam o esforço individual como um dos elementos para a formação estudantil.

Esses elementos são polos possíveis para a consciência da necessidade de transformação da universidade no interesse do profissional-aluno, sobretudo se tematizando o trabalho e a ética na apreensão dos conteúdos sistematizados que lhe são apresentados. Trata-se de ajudar os professores a desenvolverem uma reflexão em espiral, que passe da teoria à prática e da prática à

teoria e assim, aprofundando e clarificando continuamente, como verdadeiro profissional de ensino, como agente de construção de conhecimento e da personalidade.

O aumento, contudo, dos cursos de graduação e de estudantes no ensino superior brasileiro, mostra a importância desta modalidade de ensino para o Brasil. Embora, a quantidade de cursos seja fator positivo, é indispensável a qualidade¹, a preocupação com a formação do profissional que irá atuar nessa área. Por isso, o estudante ocupa um lugar singular no universo do curso e, como tal, deve ser tratado, respeitado e considerado em todas as suas dimensões: intelectual, social, psicológica e ética.

Por sua própria natureza, a pessoa não nasce pronta, ela passa por processo de construção, de vir a ser, de tornar-se, como Cortella (2006) deixa bem claro no seu livro, “Não nascemos prontos!” Cada pessoa é construtora de si mesma, pois ela é princípio de suas ações e pode decidir acerca de seu destino uma vez que é capaz de conhecer os fins e os meios que a ela conduzem, selecionar e optar entre as diversas possibilidades de escolha. A liberdade é uma espécie de autonomia pela qual a pessoa assume a responsabilidade de seu ser e de seu destino. A liberdade é a opção de a pessoa poder agir. Tudo depende do que o homem faz da liberdade, ou seja, das escolhas que faz no âmbito da sua liberdade.

Cabe à educação mostrar caminhos possíveis que o estudante possa trilhar com segurança e conseguir dar sentido à sua vida. A pessoa humana não pode bastar-se a si mesma. Precisa de ajuda das instituições responsáveis pela educação.

Entre as dimensões citadas, o foco de nossa pesquisa abrange a ética, pois atualmente fala-se muito de ética, tanto na Educação, na Medicina, no Direito, na Administração, como em todas as áreas do conhecimento onde a preocupação é a formação e a atuação profissional.

Os docentes contribuem para o desenvolvimento e formação de seus alunos, influenciando assim na carreira profissional e na sua atuação no mercado de trabalho. Por isso, há uma preocupação nos níveis de ensino, em formar o cidadão pleno, íntegro e ético oferecendo-lhe possibilidades de um desenvolvimento pessoal

¹ Demo Pedro (2004) define Qualidade como uma questão de competência humana implicando na consciência crítica e na capacidade de ação, saber e mudar.

e profissional que transcendem, em muito, o conhecimento ético circunscrito a um programa de ensino ou de um curso que, valendo-se de sua experiência, ultrapassa o próprio saber ensinado.

A sociedade depende das ações desenvolvidas desde a mais tenra idade e nas demais etapas da vida. Corrobora com essa afirmação, Coll (2004), ao afirmar que este ensino deve fazer parte das vivências desde a infância, pois constrói-se valores já no seio da família. A família é a primeira escola, escola de amor, de valores e de justiça. Ética é valor que cabe à família transmitir em primeiro lugar.

Para Baltazar; Moretti e Balthazar (2006, p. 32):

A aprendizagem se inicia no lar com atividades nas quais a família ensina o respeito, o amor e a solidariedade, elementos básicos para a convivência humana e social e para o equilíbrio dos impulsos de destruição internos e infantis.

Compete à Universidade a preparação do cidadão levando-o a uma compreensão das relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade, do novo papel do conhecimento, da responsabilidade social e individual do homem. Fundamenta-se a proposta em valores, conhecimento, competitividade, solidariedade, tolerância e, principalmente, na ética, no dia-a-dia.

A ética pode surgir no processo, dentro da família, nos meios de comunicação, no convívio com outras pessoas, contribuindo para a modificação do comportamento dos indivíduos. A instituição educacional, como parte integrante da sociedade em que está inserida, também exerce uma influência fundamental, pois se trata de uma instituição social capaz de educar eticamente os estudantes. Os professores também devem educar com exemplos, em sala de aula, exercitando a ética em seu trabalho, pois, na medida em que as economias transitam das lógicas industriais para as lógicas do saber, as necessidades passam a centrar-se na formação de profissionais críticos e reflexivos. Neste contexto, cada vez mais jovens e adultos exigem variedade de canais de aprendizagem, num sistema de elevada escolha, ou seja: maior atividade, interatividade, mobilidade, conversibilidade, conectividade, e globalização.

O sentido da ética não deve estar relacionado com o egoísmo, o individualismo, o subjetivismo e o relativismo. Hoje, existe a enorme vontade do

homem de se enriquecer e aumentar seus bens materiais, deixando então os costumes, as regras e a ética em segundo plano.

Cabe aos professores do ensino superior a responsabilidade também com as questões éticas perante os alunos, principalmente no desenvolvimento cotidiano de sua prática pedagógica em sala de aula. Não se pode ensinar a honestidade, a justiça e a moral mas pode-se dizer o que é ser honesto e ser justo e principalmente demonstrá-lo através da própria conduta e atos morais . Não se pode fazer com que os alunos internalizem os conceitos de certo ou errado, mas pode-se dar exemplos dos benefícios que se obtém fazendo e tendo atitudes corretas perante a sociedade. É preciso que o estudante construa seus próprios valores, e sua cidadania na interação com o meio em diversas situações e com diferentes pessoas. É importante não se deixar influenciar pelo dito popular que diz: “faça o que digo, mas não faça o que eu faço.”

O termo “ética” vem do grego que significa *ethos*, entendido como morada humana, portanto, não é algo que seja pronto e construído de uma só vez. O ser humano está em constante busca para tornar cada vez mais habitável o mundo em que vive. A educação é um processo e, gradativamente, a cidadania vai sendo construída. A ética, que envolve conjunto de princípios e valores, está entrelaçada com a prática da cidadania. O trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores em sala de aula, deve oportunizar momentos de trocas entre mestres e discípulos. A interação entre ambos favorece o crescimento dos alunos nos diferentes contextos, estimula as potencialidades e colabora na construção de conceitos e princípios.

É imprescindível que os professores, por meio de suas disciplinas e da interdisciplinaridade, alimentem os conteúdos específicos também com uma roupagem ética, que possa reverter beneficentemente na formação de seus alunos. A prática pedagógica deles não pode estar alheia a esse ensinamento que tanto contribui para a formação do cidadão.

Na obra de Max Van Manen (1991), quer-se destacar a idéia central de sua reflexão que vem ao encontro daquilo que se pretende demonstrar, a saber: o tato como estratégia pedagógica fundamental. Nos seus escritos, o autor denota uma influência considerável das teses de Donald Schön em que a atitude pedagógica ou educativa se concentra na reflexão sobre a ação e a reflexão sobre a reflexão na ação, o que, hoje, na comunidade acadêmica, é designado como

epistemologia da prática. “Compreende-se que o momento pedagógico acontece quando o professor consegue atingir o pessoal - e aqui se lembra as idéias de Luckesi (1994) – que afirma que tal momento pedagógico provoca a mudança dos alunos e que, por sua vez, irá repercutir, também, na mudança pessoal do próprio educador.” É nessa dinâmica interpessoal que os autores do processo mobilizam todas as suas energias e recursos conscientes e inconscientes, que resultam na construção do estudante como pessoa o que constitui uma condição sine qua non para o seu desenvolvimento social e profissional. Toda essa dinâmica só resultará efetivamente, na perspectiva de Van Manen, se houver tato, contato em nível pessoal entre professor e aluno.

Da postura educativa destes autores, é necessário destacar o papel do pesquisador entre outros papéis do professor: investigador de realidades para poder contextualizar o seu próprio saber e encaminhar seus alunos na busca da construção do conhecimento. É necessária, ainda, uma retomada de valores éticos e morais e o conhecimento do processo de pensamento dos próprios docentes, pois são eles que dimensionam a direção do ensino.

Assim, tem-se um novo olhar do ensino - da ética - no curso de administração, de modo a traduzir possíveis encaminhamentos na elaboração de caminhos para o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes que atuam nesta área de ensino. Falar em relevância significa, a nosso ver, rever a atualidade do ensino do curso escolhido, sua importância social e (re)pensar a sua prática pedagógica, de forma que a instituição pesquisada possa oferecer uma formação ética apropriada.

Os autores Cortella, Frei Betto, Boff, escolhidos, para a realização deste trabalho, nada mais são do que grandes pensadores, pesquisadores e especialistas, cujas idéias vêm ao encontro do tema escolhido. A priorização por estas obras se dá pela questão da clareza das idéias principais e objetividade da escrita, facilitando entender várias perguntas que não se aquietam sobre o significado da ética, a sua importância, como praticá-la, adquirir, e tentar associá-la no cotidiano do docente do curso de administração. É uma esperança para que os mestres e seus alunos, no decorrer do curso, consigam perceber a importância de serem éticos, e possam contribuir à sua personalidade para serem profissionais que agem eticamente em seu trabalho, como futuros administradores. Cortella e Frei Betto (2007, p. 21) questionam: A esperança é exatamente assim: “Eu desejo,

pode ser, vou procurar e será.” Em outras palavras, “Não me conformo com condições predeterminadas.”

Deve-se entender que o trabalho não se realiza apenas pelo dinheiro, mas, sim, deve estar associado à própria satisfação pessoal, relacionar-se com aquilo que gosta de lidar no dia-a-dia. É aquele emprego em que não se tem recompensas salariais mensais, mas ainda traz dignidade e alegria por fazer aquilo de que se gosta. Cortella e Betto (2007, p. 68) reforça: “Qual a razão da sua existência? Qual é a razão de você atuar nessa área? Por que trabalhar nesse setor? Ou: qual é a sua obra, qual o resultado da tua obra?”

Para se pensar no papel que o professor desempenha na sala de aula, vê-se que os frutos de seu trabalho dependem do modo de sua atuação enquanto é referencial para os seus alunos. Para isso, é necessário seu desempenho associado à ética e ao mesmo tempo mencionado este termo nos momentos oportunos.

Atenta-se, então à observação feita por Gil:

Uma das principais razões que se deve levar em consideração nos aspectos éticos no ensino é o poder que o professor exerce no desempenho de suas funções. Embora a maioria dos professores conscientemente não procure, o fato é que eles detêm notável poder sobre a vida dos estudantes. Cabe-lhes, portanto responsabilizar-se por esse considerável poder e assegurar-se de que seja usado com a finalidade de auxiliá-los no alcance dos objetivos educacionais (2008, p. 267).

O professor ético possui uma conduta regrada que, muitas vezes, já está associada ao próprio comportamento, não sentindo diferença nas suas atitudes uma vez que a ética já está nele mesmo. Em sala de aula, ao mencionar um fato antiético deverá explicar onde ocorreu o erro, e as consequências a que este erro, proposital ou não, poderá levar. Desta forma, para se evitar uma decisão e, assim, uma atitude errada é imprescindível reforçar verbalmente os cuidados para que os atos incorretos não venham a sobressair no cotidiano.

Boff (2003, p. 22), fala sobre a ética e a moral reforçando e explicando, com ricos detalhes, a importância destas duas palavras, mencionando também o cuidado, pois se torna imprescindível, quando praticado, e garante o nosso futuro. “O cuidado é a força maior que se opõe à lei da entropia, o desgaste natural de todas as coisas, pois tudo de que cuidamos dura muito mais.”

Nas profissões, o trabalho ético é valorizado e nas empresas e organizações o profissional ético adquire o respeito de todos os que estão ao seu redor.

Sacristán (1998), considera que a profissão docente não se pratica apenas com atividade de cunho pessoal e criativo, ou seja, cumprir com o que está sendo pautado e nada mais. O sujeito docente também deve aprimorar e adicionar de forma analítica e atual aquilo que julgar de extrema necessidade para uma melhor formação crítica, humana e racional de seus alunos. Sacristán acrescenta ainda:

[...] a profissão docente é algo aberto e indeterminado, que não tem, por muitas razões, as normas de comportamento assinaladas de forma muito precisa e que, nessa medida, pode-se falar de uma profissão criativa que permite a expressão de quem a exerce. O docente, como profissional, se defronta com situações únicas, incertas e conflitivas, no sentido de que não existe uma só e indiscutível forma de abordá-las que se considere correta. (1998, p. 173).

Tardif (2002) faz um estudo interessante sobre a compreensão da natureza do ensino, ressaltando a subjetividade dos professores como atores em atividade. Para ele,

[...] um professor de profissão não é somente alguém que aplica conhecimentos produzidos por outros, não é somente um agente determinado por mecanismos sociais: é um autor no sentido forte do termo, isto é, um sujeito que assume sua prática a partir dos significados que ele mesmo lhe dá, um sujeito que possui conhecimentos e um saber-fazer provenientes de sua própria atividade e a partir dos quais ele a estrutura e orienta. (2002, p. 230).

Referindo-se a esse aspecto, Perrenoud (2002) faz sua crítica ao domínio do conhecimento dos professores, observando que nos países desenvolvidos, os professores dominam muito bem o conteúdo a ser ensinado e que esse fator, aliado à facilidade de acesso à teoria, amplia sua imaginação didática e sua capacidade de improvisação, observação, planejamento e trabalho a partir dos erros e obstáculos encontrados pelos alunos. E Perrenoud reafirma:

Nunca é inútil saber mais, não para ensinar tudo o que se sabe, mas para se ter "uma margem", dominar a matéria, relativizar os saberes e ter suficiente segurança para realizar pesquisas com os alunos ou para debater o significado dos saberes. (2002, p. 49).

Segundo Masetto (2000, p. 10), os cursos superiores das faculdades brasileiras, desde a sua criação, direcionavam a formação de seus alunos apenas para o exercício de determinada profissão, ou seja, seus programas eram extremamente fechados e seus currículos seriados, constando neles, apenas as disciplinas que interessavam a determinada área ou especialidade.

Até a década de 1970, a exigência feita ao candidato a professor do ensino superior era a de que fosse bacharel e desempenhasse sua profissão com competência, fundamentando essa crença no fato de que, como afirma Masetto (2000, p. 11), “quem sabe, automaticamente sabe ensinar.” Ensinar significava dominar o assunto e expor através de aulas ou palestras, o que se realizava na prática. Nos tempos atuais, porém, os professores universitários estão tomando consciência de que o exercício da docência no ensino superior não se restringe apenas a um diploma de bacharel, mestre ou doutor e nem ao exercício de uma profissão, mas de competências próprias e específicas. Baseado nestas considerações Masetto (2000, p. 13) afirma que “a docência no ensino superior exige não apenas domínio de conhecimentos a serem transmitidos por um professor como também um profissionalismo semelhante àquele exigido para o exercício de qualquer profissão.” Assim, deve-se buscar hoje preparar os participantes de ações de educação profissional, para uma nova forma de pensar, que possa auxiliar as pessoas a viverem em sociedade, e poderem agir como agentes de transformação.

Uma educação pautada na ética, no diálogo, que valorize o aluno como eixo central do aprendizado, incentivando seus acertos, história e experiência de vida, estimulando-o a pensar criticamente, a desenvolver uma visão de mundo politizada, fez com que se buscasse nas teorias do conhecimento, mais exatamente na epistemologia, bases teóricas para compreender a prática e as experiências relatadas acima.

1.1 Objetivos

Identificar o lugar da ética no curso de administração da instituição e suas conseqüências para os futuros profissionais.

Revelar a importância da ética e da explicitação de atitudes éticas nas relações de ensino do curso de administração de empresas.

Enfatizar a influência exercida pelo docente em sala de aula e na vida do aluno.

1.2 Problema

O mundo moderno é marcado com a predominância de uma tendência imediatista, mercantilista, pragmatista e utilitarista, estabelecendo formas de pensar e agir. O mundo é influenciado pelas idéias.

A educação não pode ignorar as fortes mudanças culturais de hoje, quando prevalece muito a cultura do mercado, do lucro, do espetáculo, do efêmero, que é apresentado principalmente através dos meios de comunicação de massa.

As relações humanas ficam muito facilitadas pelos avanços científicos e tecnológicos. Jornais, televisão, redes de comunicação, internet, tudo ajuda a informar as pessoas, encontrá-las e trocar conteúdos e atualizações. Há um novo mundo com mudanças políticas, econômicas e culturais que transformam a vida de pensar das pessoas. O ser humano fica dividido entre o desejo e a ética, não o que é certo, mas o que dá certo, não com os princípios, mas com os resultados.

A instituição escolar, geralmente sente-se impotente diante da hipnotizadora pressão que exercem os meios de comunicação e o mercado. São desafios que o curso superior de formação de administradores enfrenta. Daí a pergunta: Por que a ética deve estar presente num curso específico da área de administração que forma pessoas que exercerão cargos em empresas?

Os homens podem viver com sentimentos e idéias pré-fabricados, mas é preciso conduzi-los a pensar a realidade, aquilo que contribui para a formação pessoal.

]]

1.3 Metodologia da Pesquisa

O presente estudo tem a pesquisa qualitativa de cunho filosófico. Trata-se de uma pesquisa realizada numa instituição do Norte do Paraná, que privilegia a investigação, tendo a análise crítica como suporte

Para fundamentá-la utilizou-se de uma bibliografia pertinente, análise de documentos da instituição como: grade curricular do curso, programa das disciplinas, documentos emitidos pelo sistema nacional através do Ministério da Educação (MEC), as Leis de Diretrizes e Base (LDB), observação do funcionamento do cotidiano do curso, constante observação participativa e interpretação das informações obtidas no contato com a realidade escolar, procurando desta forma estudar os fenômenos na sua essência e factualidade. Também se procurou entender o contexto em que a escola está inserida e compreender o porquê da crise ética pela qual a educação está passando, objetivando conseguir respostas adequadas para a realização da pesquisa.

Sobre a pesquisa qualitativa:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissolúvel entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O sujeito que participa da pesquisa é parte integrante da construção, do conhecimento e interpreta os fenômenos éticos, dando significados. (CHIZZOTTI, 2001, p. 131).

O método escolhido é muito importante, pois classifica a escolha sobre que o pesquisador irá trabalhar com sua pesquisa .

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. Dizia Lênin (1965) que “o método é a alma da teoria” (p.148) distinguindo a forma exterior com que muitas vezes é abordado tal tema (como técnica e instrumentos) do sentido generoso de pensar a metodologia como articulação entre conteúdos, pensamentos e existência. (MINAYO, 1994, p. 16).

Além do método, sabe-se também que a pesquisa é importante, pois investiga as inquietações criadas e, como consequência, enriquece-se com novos conhecimentos. Conhecimentos que trazem também novas dúvidas, encadeando

uma série de outros novos conhecimentos. Luna (2000, p. 71) refere-se à pesquisa como “uma atividade de investigação capaz de oferecer e, portanto, produzir um conhecimento ‘novo’ a respeito de uma área ou de um fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe.” Concorda-se com Minayo quando ela diz:

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido um problema da vida prática. As questões da investigação estão portanto relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. (1994, p. 17-18).

Ressalta-se para a importância de que toda a pesquisa, segundo Luna (1988), qualquer que seja o problema, o referencial teórico ou a metodologia empregada, implica em três requisitos básicos. Sendo eles: As dúvidas, as perguntas, as desconfianças que são geradas em torno da questão levantada não de existir e são inevitáveis, sendo assim solucionadas com as respostas obtidas através dos resultados, chegando então ao objetivo inicialmente proposto. O segundo requisito trata do modo de como serão descritos e elaborados e trabalhados os meios e os métodos que serão utilizados na busca de respostas precisas. E o terceiro, invoca a relação entre o Entrevistador e o Entrevistado para que haja um grau de cumplicidade entre ambos e haja, assim, veracidade nos dados exigidos da pesquisa, fazendo com que a mesma possua alto resultado de confiabilidade em suas respostas não correndo o risco de erros nos resultados. Então menciona-se aqui Laville e Dione para alertar que:

Um problema de pesquisa não é, portanto, um problema que se pode “resolver” pela intuição, pela tradição, pelo senso comum ou até pela simples especulação. Um problema de pesquisa supõe que informações suplementares podem ser obtidas a fim de cercá-lo, compreendê-lo, resolvê-lo ou eventualmente contribuir para a sua resolução. (1999, p. 88).

Os resultados obtidos de uma pesquisa trazem à percepção de que, também, por ser uma abordagem qualitativa, Ludke e André (1988), comentam que nestes estudos não se perde a questão de capturar o que os participantes já esperam, e isso tudo faz com que os informantes ou os pesquisadores criem uma certa expectativa, mas que mesmo assim eles respondam às questões

surpreendendo o observador que ao estar do lado de fora não imagina o que pode acontecer com os resultados de sua pesquisa.

Os vários fatos decorrentes servirão de fontes para a investigação e através de estudos e pesquisa de materiais, documentos, onde também será utilizado a Pesquisa Documental para permitir o levantamento de informações e dados, e algumas observações para comparações e, assim, chegar a conclusões, registrando todos eles para uma análise mais detalhada e precisa e, assim, efetuar seu registro em forma de uma dissertação.

Para Fanchin:

A pesquisa documental corresponde a toda a informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada. Ela consiste na coleta, classificação, seleção, difusa e utilização de toda a espécie de informações, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação. (2006, p. 146).

De acordo com Ludke e André (1986, p. 26): “A observação possibilita um contacto pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado. A experiência direta é, sem dúvida, o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno.” Entretanto, como diz Chizzotti:

A pesquisa qualitativa pressupõe que a utilização das técnicas mencionadas não deve construir um modelo único, exclusivo e estandarizado. A pesquisa é uma criação que mobiliza a acuidade inventiva do pesquisador, sua habilidade artesanal e sua perspicácia para elaborar a metodologia do campo de pesquisa dos problemas que ele enfrenta com as pessoas que participam da investigação. (1995, p. 85).

O Estudo de Caso, segundo André (2005), não é um método de pesquisa recente, sua existência e utilização já estão presentes há tempos. Sua expansão se encontra em várias áreas de conhecimento, tais como: administração, medicina, direito, psicologia, sociologia, serviço social, diferenciando-se a cada um quanto aos métodos de aplicabilidade e finalidade porque cada área também possui suas particularidades. Isto se reforça ao se estudar as origens dos estudos de caso na sociologia e antropologia que remonta ao final do século XIX e começo do séc. XX com Frederick Le Play na Europa, mais precisamente na França, Bronislaw

Kasper Malinowski e outros pesquisadores da Escola de Chicago², nos Estados Unidos. Os propósitos a serem alcançados desses estudos seriam destacar as características e atributos da vida social. Já, na medicina, psicologia e em outras áreas afins, seu objetivo seria geralmente o de estudar crises comuns e, muitas vezes rotineiras, para que cada vez mais no dia-a-dia, associado aos problemas, fossem possibilitados a diagnose, tratamentos e acompanhamentos desses casos. Por isso do ponto de vista de André:

Em direito, administração e medicina foi e ainda é usado como recurso didático, seja com a finalidade de ilustrar o uso de um procedimento, seja para estimular em situação de ensino, o debate de um tema. Muito popular, atualmente, é o método de casos na área de administração, que visa mostrar, por meio de um caso exemplar como uma empresa ou organização pode se estruturar resolver problemas, vencer. (2005, p. 14).

É evidente que o estudo de caso possui algumas limitações que devem ser consideradas. Uma dessas limitações está ligada a seu caráter particularizante, isto é, seu poder limitado de generalização e de conclusões.

Desta forma, nesta pesquisa, se abordará a questão de se mencionar a ética nas disciplinas reforçando com exemplos e situações que ocorrem e são transmitidos através da mídia para conhecimento de todos.

1.4 Estrutura

A estrutura do trabalho compreende a seguinte organização: O primeiro capítulo expõe a introdução, com o objetivo, problema e metodologia.

O segundo capítulo trata da questão ética e seus fundamentos, a questão educacional, a relação entre ética e cidadania e a problemática ética. A pluralidade de idéias que se insere no contexto escolar.

O terceiro capítulo apresenta a ética profissional no curso, a questão dos professores e alunos a respeito da aprendizagem acadêmica e a ética.

Por fim as considerações finais.

²Escola concebida na década de 1950, de pensamento econômico tendo como membro os professores da Universidade de Chicago onde receberam prêmios Nobel da Economia.

2 A QUESTÃO ÉTICA E SEUS FUNDAMENTOS

O termo ética pertence a todos, envolve a vida pessoal, a vida nas instituições e organizações na sociedade civil. Sem a ética, as mudanças sociais, culturais e econômicas não conduzirão a uma sociedade justa e digna. É que a dimensão ética é a dimensão humana da existência. Camargo (2009) ressalta que os fundamentos da ética estão nos aspectos essenciais da natureza humana, a fim de construir a dignidade de cada pessoa humana. É no agir livremente que o ser humano expressa sua realização pessoal, social e o que lhe é próprio, a sua dignidade. Cria e pratica valores, mostrando não só o que ele é, mas também como deve ser.

A dimensão ética sempre esteve presente na cultura dos povos, tendo sido expressa de diferentes formas. Entre as formas mais antigas foi expressa pelo mito e pelas crenças, como aconteceu na Grécia antiga. Todos os povos, de alguma forma expressam suas concepções éticas, com o objetivo de regular atitudes e comportamentos humanos.

Na Grécia, os pré-socráticos preocupados com os problemas cosmológicos, também buscavam manifestar uma preocupação com a educação moral dos homens. No período socrático, os três expoentes da filosofia não deixaram de privilegiar a questão ética. Sócrates com o “Conhece-te a Ti mesmo”, estabelece o lema de toda sua vida de sábio. O perfeito conhecimento do homem é o objetivo de todas as suas especulações e a moral, o centro para o qual converge toda a sua filosofia. Ensina que para bem viver é preciso bem pensar. Para ele, o único meio de alcançar a felicidade é a prática da virtude, que se adquire com a sabedoria.

Para Platão, a ética consiste no estudo das idéias. A felicidade consiste na contemplação das Idéias e sobretudo na Idéia do Bem, desvencilhando-se de tudo que é corpóreo. Nesta ordem e harmonia consiste a virtude.

Aristóteles (2003), na abordagem que faz da ética no livro *Ética a Nicômaco*, diz que o fim último do homem é a felicidade e que, o elemento indispensável para alcançá-la é a virtude.

Com efeito, quando depende de nós o agir, igualmente depende o não agir, e vice-versa, ou seja, assim como está em nossas mãos agir quando isso é nobre, assim também temos o poder de não agir quando isso é vil; e temos o poder de não agir quando isso é nobre, do mesmo modo que temos de agir quando isso é vil. (ARISTÓTELES, 2003, p. 65).

Depende de nós praticarmos atos bons ou maus, éticos ou não. Por isso, Aristóteles destaca que a atividade específica do homem é a razão e a inteligência. Para ele, o caráter é resultado de nossos atos. O homem é responsável pelos seus atos e pela construção de seu caráter.

Na Idade Média, ética e religião estão intimamente associados e a igreja exerce um controle sobre a conduta dos cidadãos. A filosofia se torna serva da teologia. É a ética teocêntrica e teológica, em que o domínio da vontade se daria pelo poder de Deus.

Na Idade Moderna, devido às guerras de religião nos séculos XVI e XVII, destacando-se a reforma e a contra-reforma, envolvendo as divergências entre as igrejas, aparecem diversas doutrinas éticas, que para Vazquez (2006, p. 279) “com um denominador comum, podemos destacar a sua tendência antropocêntrica”, em contraste com a ética teocêntrica e teológica da Idade Média. Coloca-se a questão da autonomia. Busca-se uma moral natural ou puramente racional, que estivesse acima dos interesses confessionais. Quando se fala em moral lembra-se de imperativo categórico, onde sempre a vontade do homem prevalecerá condizente com as leis universais. No imperativo categórico o ser humano encontra um dever interno sem ser influenciado por forças externas por isso predomina a vontade humana. Deste modo, a política está submetida ao imperativo categórico da moral, por meio da idéia de Estado de Direito, que consiste na submissão do poder ao direito e da submissão do direito à moral.

Kant apóia a idéia de que o homem quando se vê tomado por uma dúvida ele deverá escolher a resposta para tal por meio de sua própria vontade de decisão juntamente com o que a lei universal condiz, ou seja, se ele sabe que o correto na profissão dele é salvar uma vida mesmo que a dele mesmo corra risco, então ele a salva. Kant acredita que o mundo do dever-ser, da razão prática, é o domínio da activa, do agir, o mundo dos fins e do valioso, dado que, pela ética, é possível ultrapassar o mundo dos fenômenos e aceder ao absoluto, à zona das idéias inteligíveis, das leis morais, marcadas pela racionalidade e pela universalidade. O imperativo categórico é diferente da legalidade ou do imperativo

hipotético, referindo a respeito às ações que são levadas através de uma força externa podendo ser o prazer ou piedade.

Para Kant, se o homem quiser saber como deve agir ética e moralmente o homem impõe-se à consciência um mandamento absoluto, o imperativo categórico. O homem deve agir desse modo e não de outro, isto é arbitrariamente. O imperativo categórico apresenta a lei moral como necessária, universal, imutável e autônoma: “Tu deves agir assim.”

O Imperativo Categórico, que declara a ação como objetivamente necessário por si, independentemente de qualquer outra finalidade, vale como princípio apodítico “(prático)”. (KANT, 1980, p. 125).

A situação da ética no contexto da modernidade e pós-modernidade é caracterizada pelo pluralismo de comportamentos e valores. Há muitas éticas. Como afirma Rubio (1999, p. 107): O homem moderno é moderno na medida em que é pluralista (em todos os âmbitos: político, ideológico, religioso, moral...); e ali onde desdiz a pluralidade, deixa de ser moderno.

O homem moderno não é unidimensional, mas plural. Para Rubio (1999), o homem acumula as experiências dos séculos passados, tornando-se mais novo, mais aberto, apresentando mais possibilidade de ação, com uma identidade mais autônoma e diretora. É o homem secular.

A secularidade” é, portanto, aquela modalidade de realização pela qual o homem - toda a realidade – atinge a maioria; tem “experiência” de seu estado de adulto e o assume “ conscientemente”, com prazer. [...] a secularidade constitui a mobilização do homem moderno enquanto tal (Rubio, 1999, p. 113).

A questão ética está inserida neste processo de mudança que acontece na modernidade e pós-modernidade. A modernidade não privou o homem de valores éticos, morais, mas mudou o seu enfoque a respeito dos valores. Para ele, um enfoque imutável de valores não humaniza, pelo contrário, desumaniza. O homem quer a emancipação de toda tutela moral, quer exercer sua autonomia e liberdade, quer tornar-se adulto em relação à sua ação ética. Por isso que a questão ética se torna um desafio para os modelos éticos convencionais. A tendência é identificar o valor ético de uma ação com aquilo que traz prazer, utilidade, satisfação como a moral hedonista. É uma transgressão ao “status quo” pré-existente.

A pós-modernidade envolve novos paradigmas, novo conhecer com predominância da experiência, dos sentimentos, da liberdade. É a primazia da razão

subjetiva. Os valores morais são compreendidos em função de seu sentido prático e da sua utilidade que se traduz numa moral prática e utilitarista.

Neste contexto, o que prevalece é a atitude do individualismo. É o indivíduo que decide. Diante do pluralismo e teorias éticas, cada um é solicitado a fazer a sua escolha, segundo um critério pessoal. Não há uma preocupação com normas éticas objetivas e valores universais. Muitos constroem seus valores a partir da experiência individual. O fato fica evidente tanto na esfera da vida particular ou pública, onde a sociedade tende a conceder uma liberdade ilimitada em troca da sujeição ao sistema político e econômico.

Faz parte também desse processo a questão da competitividade que, da forma como está sendo exercida provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite à violência. A falta da identidade dos valores morais gera a violência, que está presente em todos os setores da sociedade, como na família e na escola. Além disso, os meios de comunicação de massa mostram as formas de como praticá-la.

Santos (2006), ao abordar a questão da competitividade que tem a guerra como norma, eliminando a compaixão, com a presença do individualismo que está presente na economia e na batalha das empresas umas contra as outras, diz: “ Há, a todo custo que vencer o outro, esmagando-o, para tomar o seu lugar” (SANTOS, 2006, p. 46).

Para Rubio (1999, p. 105):, “A originalidade da novidade moderna começa a partir da globalidade”. A globalização nas comunicações, na economia, na política e na cultura, nos leva aos valores que presidem o relacionamento internacional. É o aspecto essencial que deve ser analisado na globalização. A pergunta que se faz é: há valores universais que se aplicam a todos os povos e tempos, ou os valores éticos são relativos?

O mundo presente vive mergulhado num relativismo ético, que faz com que a ética se torne subjetiva, sendo possível se chegar a qualquer conclusão. Este é o grande dilema do mundo moderno.

Giddens (2006, p. 21), a respeito da globalização, diz:

[...] o fenômeno quase exclusivamente em termos econômicos. Isso é um erro. A globalização é política, tecnológica e cultural, tanto quanto econômica. Foi influenciada acima de tudo por desenvolvimentos nos sistemas de comunicação que remontam apenas ao final da década de 1960.

É preciso distinguir bem o que é a nova cultura pós-moderna, capitalista, massificada e globalizada. A nova cultura compreende a cultura do mercado capitalista, individualista. Nela deve-se competir para ganhar. É preciso lutar para convencer, mostrar bons atrativos, induzir. Valor atual: é o bem estar.

Os fundamentos da ética procuram descobrir a base racional dos princípios éticos. A respeito da questão, Cortina (1999, p. 149) ressalta :

Trata-se antes de indagar como funciona a racionalidade moral em âmbitos que propõem problemas específicos, não homogêneos de modo simplista, como são o ecológico (no qual é preciso contar com muita responsabilidade que vai além do indivíduo, com gerações futuras, com uma revisão do antropocentrismo), o econômico e empresarial (que disputará necessariamente com uma racionalidade estratégica e competitiva).

Esta é uma tarefa da ética que certamente tirará grandes lições e proveito, por que enfrentará problemas para os quais é preciso encontrar respostas para orientar a vida das pessoas. É preciso encontrar um mínimo de unidade que sustente os princípios básicos de uma ética consciente, justa e, ao mesmo tempo, que respeite a pluralidade.

Para saber em que área estamos explorando, é preciso entender o contexto da modernidade e pós-modernidade, principalmente a globalização com seus ingredientes políticos, econômicos, individualistas e utilitaristas.

2.1 A Ética e a Moral

*A orientação inicial que alguém
recebe da educação também marca
a sua conduta ulterior.*

PLATÃO

Ao se falar em moral, o ser humano, ao mesmo tempo, pensa na palavra ética. E, se falar em ética, nem sempre se possui a qualidade da moral. Marinoff (2001) diz que todos se eximem da responsabilidade de se utilizar os rótulos moral e ético mencionando-os, constantemente, de forma redundante, para

explicar um caso (tendo como exemplo: “Portou-se de maneira moral e ética”). Questionar, no entanto, as pessoas sobre a diferença entre estes dois termos, a maior parte dos questionados não saberá, mas insistem em utilizar as palavras porque acham que soa bem.

Para Marinoff: “A ética refere-se à teoria ou sistema que descreve o que é o bem e, em extensão, o que é o mal. [...]. A moral refere-se às normas que nos dizem o que fazer ou não fazer”. (2001, p. 223).

A ética diz respeito à teoria, a moral à prática.

Para Vázquez (2004), a Moral e a Ética não possuem o mesmo sentido e muito menos o mesmo significado. Elas podem caminhar juntas, como também não. Menciona-se, Cortella para interpretar estas definições:

A ética é o conjunto de princípios e valores da nossa conduta na vida junta. Portanto, ética é o que faz a fronteira entre o que a natureza manda e o que nós decidimos. A ética é aquilo que orienta a sua capacidade de decidir, julgar, avaliar. Só é possível falar em ética quando falamos em seres humanos, por que ética pressupõe a capacidade de decidir julgar, avaliar com autonomia. Portanto, pressupõe liberdade. (2007, p. 106).

A definição de moral e de ética não podem ser confundidas e, para isso, Boff (2003, p. 37), assim se expressa: “Moral é a parte da vida concreta. Trata da prática real das pessoas que se expressam por costumes, hábitos e valores culturalmente estabelecidos.” Pode-se entender que moral rege os valores, os comportamentos apontados como adequados por um determinado povo, sociedade, tradição cultural, entre outros.

Encontram-se pessoas das quais se ouve dizer que têm moral. Isso assegura que a palavra dela soa mais forte pelo fato de ela praticar os atos conforme as regras que emanam em sua sociedade. Suas idéias e atitudes, portanto, são respeitadas e bem vindas. Mas existem também pessoas que se deixam corromper para se beneficiar do dinheiro público, estes corruptos estão presentes na administração pública em nossa sociedade. A ética julga o crime de colarinho branco. A moral envolve o ato de viver o crime. Deste modo, Boff (2003) explica sobre o encontro de estrelas-guia e de pontos de referência comuns importantes para as condutas pessoais e sociais.

Para se ter a moral, segundo Cortella (2007), deve-se praticar a ética, mas sem esquecer que a moralidade não é regra padrão. Quanto a esta

padronização, pode-se dizer que não existe, pois ela é dependente dos costumes de cada região. O que é certo no Oriente Médio pode não ser aceitável aqui no Brasil como o simples fato de o homem brasileiro ter apenas uma esposa. Cada pessoa estabelece se quer ou não assumir o jeito de viver seguindo a moralidade e assim assegurar o seu bem-viver.

Boff (2003, p. 38) enfatiza:

Ethos significa também o caráter, o modo de ser de uma pessoa ou de uma comunidade. Na morada, os moradores têm costumes, tradições, hábitos, maneiras e uso de organizar as refeições, os encontros, as festas, os estilos de relacionamento, que podem ser tensos e competitivos, ou harmoniosos e cooperativos.

A moral conhecida como evento sócio-particular, é a moral onde um indivíduo comete uma infração e possui conhecimento sobre tal, mas ele mesmo se justifica dizendo que todos fazem e ele é apenas mais um. Percebe-se, então, que, esta moral considerada individual e que foi agredida, pelo visto não se sentiu constrangida uma vez que o ato parece ser universal. Fugiu de sua responsabilidade. É necessária a existência de meios para definir a moral como válida ou não. Nesta hipótese encontra-se o que é denominado ética, e não apenas uma teoria. Vázquez esclarece este dito:

Decidir e agir numa situação concreta é um problema prático moral; mas investigar o modo pelo qual a responsabilidade moral se relaciona com a liberdade e com o determinismo ao qual nossos atos estão sujeitos é um problema teórico, cujo estudo é da competência da ética. (2004, p. 18).

A ética é um raciocínio crítico sobre o ato moral. Ela não cria a moral. Ela é um complexo de princípios direcionados para o ato, objetivando delimitar ações humanas muitas vezes inapropriadas para a boa conduta. Portanto, Boff (2003, p. 37) assevera a importância deste termo. A ética é parte da filosofia. Considera concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, estatui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades.

Cabe à ética servir como referência para que o homem desfrute de sua sociedade de forma que ela seja cada vez mais humana e harmoniosa. A ética e a moral não são absolutas, elas podem sofrer mudanças de conceitos porque não se trata de verdades permanentes.

Os humanos, muitas vezes, decidem por instinto, sem pensar que certas atitudes podem prejudicar as pessoas que estão ao seu redor, trata-se de uma escolha. E é nessa escolha individual e egoísta, que sem se importar com o que poderá vir através da opção avaliada, acarretará prejuízos concretos ou não. Reforçando a idéia acima, Srouf diz: “Egoísta é o sujeito que faz aquilo que lhe convém sem importar-se com os efeitos produzidos sobre os outros. Opta por alcançar o máximo de proveito para si próprio, ainda que seja em detrimento dos outros.” (SROUR, 2003, p. 62).

Neste campo, confirma-se que a ética e a convivência são palavras que, unidas, delimitam para que não haja ocorrências de um ser humano ferir o espaço do próximo, existe então uma fronteira que quando ultrapassada haverá um julgamento do que ocorreu e até que ponto houve o erro.

O cidadão ético reflete que as consequências de suas idealizações devem ser de agrado a todos, ou então, que as pessoas não se sintam prejudicadas. Deve-se, então, ter em mente que o ótimo convívio sempre esteja em primeiro lugar. “A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.” (VÁZQUEZ, 2004, p. 23).

Desta maneira, ética significa tudo que pode ajudar a tornar melhor o ambiente, o ser humano, para que ele tenha uma morada agradável, que se sustente materialmente, que seja psicologicamente integrado e espiritualmente fecundo. Todos os indivíduos encontram-se envolvidos com a ética, uma vez que todos estão em busca de um sonho e de uma moradia permanente. E é na busca desse sonho em se tornar realidade que o ser humano se interessa por trabalhar, aprender e estudar. Boff (2003, p. 24) acrescenta:

É o sonho da inclusão de todos na família humana, morando juntos na mesma e única Casa Comum, a Terra, o sonho da integração de todas as culturas, etnias, tradições [...] o sonho de uma economia política do suficiente e do decente para todos [...].

A humanidade possui um sonho conforme Boff menciona, e este sonho move seus pensamentos a desejar mudanças em sua vida através de conquistas e muito esforço, trazendo-lhe então melhores condições de subsistência como tecnologia, comodidade, lazer, luxo, e dinheiro. E que estas

características estejam igualmente ao alcance de todos. Pode-se definir como objeto de desejo o “Bem”. Por isso Marinoff (apud PLATÃO, 2001, p. 225) relata:

Platão sustentava que as pessoas têm uma compreensão intuitiva do Bem, embora, no mundo real, tenhamos somente reproduções baratas do ideal. “O objeto de conhecimento mais elevado é a natureza essencial do Bem, do qual deriva o valor de tudo que é bom e certo para nós”, escreveu ele. Como vimos, no entanto, Platão não atingiu a sua meta mais elevada e nunca o definiu.

Hobbes assumiu uma opinião diferente: “Qualquer que seja o objeto do apetite ou desejo de um homem; é isso o que ele, por sua vez, chamou de ‘Bem’: e o objeto de seu ódio, e aversão, de ‘Mal’.” Em outras palavras Hobbes se opõe a Platão e diz que há essência universal do bem; bem e mal são apenas rótulos que usamos para descrever as coisas de que gostamos e não gostamos.

As ações humanas quando influenciadas pela ética se tornam racionais, beneficiando a sociedade com a conduta individual. Isto as diferencia e separa do que é bom e do que é mal, do que é certo e errado. A ética serve para todos e em qualquer lugar, de forma que, dependendo do contexto, da cultura, ela pode se diferenciar.

Ética e convivência humana formam uma combinação essencial. As questões da convivência humana são as geradoras do problema ético. É imprescindível que os humanos vivam coletivamente, trata-se de uma necessidade vital. Todas as vezes que se depara com o ser humano, a ética se torna necessária, pois o indivíduo vive bem se o outro não o atrapalha.

Com a ausência da ética, a sociedade e a humanidade já se teriam auto-destruído, o próprio devastamento da Floresta Amazônica³ já teria sido devastada em troca de comercializar toda sua madeira. Com tanto egoísmo, o próprio homem age sem pensar no futuro, nos outros seres, deixando de pensar até mesmo na sua própria espécie.

Com o ser humano, porém, ocorreu a ruptura desta justa medida. Ele exacerbou a auto-afirmação em detrimento da integração. Descobriu a força da sua inteligência e de sua criatividade. E usou esta força para se sobrepor aos demais. Aos invés de estar junto dos demais seres, colocou-se sobre eles e contra eles. (BOFF, 2003, p. 16).

³ Cardoso e Muller (1977; P.17) afirma que a partir dos anos 70 deste século, o mundo amazônico principiou a passar pelo quarto e, pode-se asseverar, último devastamento, impulsionado pela expansão capitalista. Último no sentido de penetração territorial, de propriedade das terras, minas e florestas, de organização econômica política da área. Mas trata-se de um começo.

Mesmo em uma sociedade vivenciada por meios de regras e leis a serem cumpridas, e mesmo, ainda, o homem concordando com estas leis, não há garantia de que estes princípios são postos em prática na totalidade. É necessário que cada ser humano introduza esses conceitos para que naturalmente seu comportamento seja ético em seu cotidiano. Isso faz a humanidade ter atitudes capazes de transformar uma sociedade para melhor diante dos cenários de injustiças e violências que nos apresenta o mundo de hoje. Stork e Echevarría (2005, p. 333) reforçam:

“A justiça é a ordem da comunidade política”, quer dizer, uma harmonia dos homens que se relacionam de um modo tal que alcançam sua perfeição própria e, como resultado, a perfeição do conjunto da cidade. A justiça implica na pessoa singular agir justamente com os demais, e ser assim virtuosa. Se não há respeito pela lei é que os homens não são justos e, portanto, não se ajudam a ter cada um o que é seu.

Conforme Srour (2003), ninguém confessa em público que não registra a empregada doméstica na carteira de trabalho, que quando adquire um imóvel declara um valor menor do que o pago, vende o próprio carro, mas sem falar para o comprador que o carro possui alguns defeitos, que tiram fotocópias de livros inteiros, são capazes de testemunhar em falso para favorecer conhecidos ou parentes, etc.

2.1.1 O antiético e o aético

Conforme Cortella (2007), todas as pessoas possuem ética a partir do momento em que elas têm princípios e valores para julgar algo que é certo ou não, e até mesmo decidir o que é melhor para si mesmas. Como Caetano Veloso em sua canção: Canto de um povo de um lugar

Todo dia o sol levanta
E a gente canta
O sol de todo dia
Fim da tarde a terra cora
E a gente chora

Porque finda a tarde
Quando a noite a lua amansa
E a gente dança
Venerando a noite

Então não há como dizer que alguém não possui ética, ou que houve uma falta de ética em sua atitude. Neste caso, pode-se dizer, sim, que a pessoa foi antiética, ou seja, a pessoa tem os conhecimentos da ética no meio em que vive, porém praticou o inverso. O mesmo autor afirma que um bandido tem ética, pois quem rouba não deixa de possuir valores para avaliar seu próprio ato, então o ato ético dele está sendo contrário aos meus princípios éticos. Este exemplo demonstra o que é ser antiético. Já no caso do aético, trata-se de uma pessoa que ainda não tem capacidade para julgar ou não tem poder para tomar sua própria decisão. Por exemplo, a questão do Imposto de Renda que a legislação permite que o menor até determinada idade seja seu dependente, então a ética ainda não se aplica a este menor. Moreira (1999, p. 25) assevera:

Para qualificar esse comportamento, tais pensadores utilizam a palavra aético, que é um comportamento que não é ético, mas que também não contraria a regra ética. Não concordamos com tal corrente de pensamento. Por essa razão, para nós os comportamentos valorados à luz das regras éticas só podem ser éticos ou antiéticos.

No contexto atual da ética. Há a teoria e a prática, que envolvem duas tendências. Uma que procura dar ênfase às normas na interpretação da realidade. A outra, é a tendência ética do tipo subjetivo que valoriza a decisão da pessoa, que mesmo sabendo das normas, prefere decidir ao contrário.

2.2 Ética Profissional e sua Importância

A ética profissional estuda as regras de conduta que necessitam ser colocadas em prática no decorrer das atividades profissionais, para que se permita sobressair o respeito nas relações de trabalho. Na educação pode-se salientar como participantes destas relações o professor e o aluno. Muitos autores conceituam

estas práticas como um conjunto de regras de conduta que deverão ser praticadas no exercício das profissões.

Na prática do exercício profissional, a dignidade deve ser obrigatória para que ambas as partes tenham a satisfação plena dos serviços prestados, a assiduidade do professor em uma instituição de ensino, a seriedade na hora de comprar matéria-prima para a fabricação de um produto, a não extrapolação do lucro em cima do valor de venda. Essa dignidade engrandece as relações humanas trazendo o bem-estar à sociedade e o melhor convívio. Segundo Kotler (2006), um produto é apropriado ao consumo quando atende as necessidades e desejos de seus consumidores. Geralmente um produto certo abrange qualidade e padronização em termos de características, desempenho e acabamento; modelos e tamanhos que atendam as expectativas e necessidades; produto apresentável em termos de aparência física, marca e serviço.

O indivíduo que procura oferecer e ter um ótimo desempenho em seu serviço deverá realizá-lo com dedicação, compromisso e eficiência. E o bem estar com a atividade realizada precisa se tornar importante e satisfatório uma vez que o ser humano passa a maior parte de seu dia em seu local de trabalho. O comportamento deste indivíduo também deverá corresponder às boas condutas e ao bem agir.

Nos dias de hoje, muitas pessoas se esquecem da honestidade, ignoram o direito e a justiça, aceitando trocar os frutos de seu trabalho por interesses maiores, que futuramente prejudicarão suas próprias carreiras e o mais importante, a sua confiança. Consta, em anexo, o caso da empresa Parmalat, onde a mídia lançou em rede nacional o “escândalo da fraude do leite”, quando as cooperativas foram acusadas de adicionar soda cáustica e água oxigenada ao produto.

Vivemos, hoje, grave crise mundial de valores. É difícil para a grande maioria da humanidade saber o que é correto e o que não é...tal fato se agrava ainda mais por causa da própria lógica dominante da economia e do mercado que se rege pela competição, que cria oposições e exclusões, e não pela cooperação que harmoniza e inclui. (BOFF, 2003, p. 27).

A ética profissional quando praticada evita prejuízos e danos para aqueles com que se está diretamente se relacionando. Um professor que sempre chega e sai no horário certo de sua aula, sendo assíduo, transmite com mais

tranquilidade e produtividade o seu conhecimento aos alunos e possui a capacidade e a segurança de exigir destes o mesmo comportamento. Um docente que se preocupa consigo mesmo e com a instituição leva em conta a preocupação com a sua imagem e o seu profissionalismo perante os colegas, levando em consideração a opinião do diretor e até mesmo a dos alunos. Deste modo, este professor segue e pratica as regras impostas pela instituição a fim de que sua vida caminhe cada vez mais rumo ao que é certo e reconhecido. Nota-se também aqueles que tecem elogios sobre a ética e quem os vê falando se sente impressionado de tanta convicção com que as palavras são transmitidas, mas que na verdade não as pratica.

Uma das coisas que eu mais temo quando se tem um debate ético é a chamada adesão cínica. É quando o sujeito diz: "Nós temos de discutir ética, esse país só vai para frente com ética." Mas ele mesmo, no dia-a-dia, comporta-se da seguinte maneira: "Isso é bobagem. O mundo é competitivo, a regra básica é cada um por si e Deus por todos. Cada um tem de se virar, senão a gente dança." Esse tipo de adesão cínica é muito perigoso. (CORTELLA, 2007, p. 115).

Na administração, é imprescindível que os futuros profissionais dessa área saibam o que é correto e o que não é, na prática de seu exercício para que ao exercerem suas funções estejam conscientes das punições que poderão sofrer por agirem com individualismo, visando somente o benefício próprio ocasionando prejuízo ou danos para outrem. Se bem que Boff (2003, p. 27) comente que hoje é difícil para a grande maioria da humanidade dizer o que é certo e o que é errado uma vez que está ocorrendo a crise de valores em todos os lugares. Srour (2003, p. 178) aponta que "difícil não é fazer o que é certo, é descobrir o que é certo fazer." Sabe-se, contudo, que não vale nada aceitar dinheiro em troca da própria integridade, pois esta, uma vez denegrida, nunca volta ao que era antes.

A ética mencionada no curso de administração orientará o futuro administrador a atuar corretamente numa organização sem deixar que os negócios superem sua honestidade. E mesmo surgindo propostas interessantes, mas que burlam a ética, este profissional estará preparado para recusar. Cortella (2007, p. 105) reafirma:

Algumas empresas dizem: "Não fazemos qualquer negócio." Porque existem outras cujo lema é: "fazemos qualquer negócio." As que sustentam o princípio de "Não fazemos qualquer negócio" são as que têm capacidade de desenvolver conhecimento e tecnologia para gerar vida, não para diminuí-la.

A importância da ética no campo da profissão torna-se essencial, pois o ser humano tem suas responsabilidades tanto individual como social, por que há o envolvimento de pessoas e, assim, seus próprios benefícios. O cidadão ético transmite segurança para aqueles que precisam de sua cooperação ou participação. Cortella (2007, p. 105) afirma: "Qual é o nome do conjunto de princípios e valores de conduta que uma pessoa ou um grupo de pessoas tem? Ética." Esta palavra - de muito valor - ainda consegue adentrar no ambiente empresarial por que ainda se tem comentado sobre as responsabilidades das empresas diante de seu corpo funcional, de seus clientes, fornecedores, acionistas, da sociedade como um todo.

Para Ashley (2005, p. 03), a preocupação com princípios éticos, valores morais e um conceito abrangente de cultura é necessária para que se estabeleçam critérios e parâmetros adequados para atividades empresariais socialmente responsáveis. A falta de uma conduta correta de uma só pessoa dentro de uma empresa traz consequências catastróficas, pois engloba toda uma cadeia de cooperadores, sendo estes diretos ou indiretos.

A ética profissional é a aplicação da ética em geral no campo das atividades profissionais. Todo funcionário tem que estar imbuído de certos princípios e valores nas suas atividades de trabalho. Se, de um lado, ele tem deveres específicos que orientam o seu agir na profissão, do outro, ele tem direito a exercer sua profissão. Ao exercê-la faz parte de um grupo que age na produção de determinados bens. Por isso, Sá (1996, p. 92) diz: "A ética é condição essencial para o exercício de qualquer profissão." A ética profissional está pautada em conduta adequada, em responsabilidade, obrigações do funcionário que refletem na imagem da profissão.

A pessoa humana não vive sem o trabalho. É agindo, trabalhando, buscando sua realização pessoal e social, que a pessoa humana expressa o que lhe é próprio, que constitui sua dignidade e sentido de vida. O trabalho, de um lado, tem o aspecto objetivo, a produção, o desenvolvimento; do outro, a parte subjetiva que envolve a realização pessoal.

A ética profissional decorre da natureza social do próprio ser humano relacionado com o bem comum. O exercício de qualquer profissão exige responsabilidade de todos e cada um, pelo bem comum. Porém há muitos desvios éticos na sociedade, na profissão que provém da ausência ética de seus profissionais.

2.3 Os Interesses Pessoais e a Ética

Quem comete uma injustiça é
sempre mais infeliz que o injustiçado.

PLATÃO

Muitas vezes, os interesses coletivos, infelizmente, são substituídos pelos interesses pessoais. Para iniciar este assunto, calmamente, nada melhor do que ler a música de Gilberto Gil gravada em 1985, onde será encontrada a semelhança do que ocorre também nos dias de hoje, quanto à questão da impossibilidade de os administradores do nosso país fazerem algo para que a nação usufrua daquilo que lhe é de direito.

Nos Barracos da Cidade

O governador promete
Mas o sistema diz não
Os lucros são muito grandes
Mas ninguém quer abrir mão
Mesmo uma pequena parte
Já seria a solução
Mas a usura dessa gente
Já virou um aleijão

Gilberto Gil

Cada vez mais, vem aumentando a quantidade de pessoas que aceitam dinheiro, cargo, fama e outros itens em troca de um trabalho não digno. Cortella (2007) menciona um fato em que a aceitação muitas vezes ocorre por se obter mais fácil ou rapidamente o dinheiro, ou um outro objeto ou item que tanto lhe interessa. Geralmente, estas pessoas insistem em conseguir mudar de situação econômico-financeira para melhorar em um tempo mais curto que o natural, passando por cima das leis e de outras pessoas, ou seja, elas não têm consciência do que é viver em grupo. Não pensam naqueles que fazem parte de sua comunidade e com quem se relacionam de um modo direto ou indireto. Torna-se claro que os recursos são limitados, onde, para se levar vantagem, certamente alguém estará em desvantagem. Não há como todos ganharem ao mesmo tempo. Além disso, a ambição não tem limite, quanto mais se tem, mais se quer. É o que ensina Boff (2003, p. 15):

Esse sonho de prosperidade ilimitada ocupa o imaginário coletivo da humanidade e formata a agenda central de qualquer governo. Ai da política econômica e tecno-científica que não apresentar anualmente índices positivos de crescimento. Mas este sonho está se transformando num pesadelo, pois está levando os países, a humanidade e a Terra a um impasse fatal: os recursos são limitados, os ganhos não podem ser generalizados por todos [...].

As consequências são claras para os indivíduos que não se importam com o prejuízo alheio, uma vez que o alvo é o próprio bem estar, e sofrerão sérios problemas porque utilizaram um caminho pouco recomendável. A sonegação fiscal é um dos exemplos onde o contribuinte se beneficia, não levando em conta que está deixando outros sem receber o que lhes é de direito, as benfeitorias públicas onde um dos controles para este ato fica a cargo de um órgão como consta em anexo. Para Srour (2003, p. 70):

Contrabando, pirataria, comercialização de mercadorias fraudadas, ou com prazo de validade vencido, ou carga roubada, pura e simplesmente, constituem a peça de resistência de boa parte do comércio informal. Em todos os casos, com escancarada sonegação. Convivemos com isso, no cotidiano, sob a frágil justificativa de que as mercadorias têm preço mais baixo do que no comércio formal; de que geram empregos; de que são prova da capacidade dos brasileiros, acossados pela recessão, de protagonizar um vibrante surto de empreendedorismo. A realidade por trás da fachada é tétrica. Máfias prepotentes controlam esse comércio, impondo a todos os elos da cadeia a lei do cão. Extorsão, compra e venda de proteção e ameaça são o cotidiano dos que se envolvem no mais exuberante negócio da cidade.

Um fato mencionado por Marinoff (2001) demonstra uma ocorrência nos Estados Unidos precisamente na cidade de Nova York onde um oficial da polícia teve sua fama condecorada pelo ato de se deparar com 35.000 dólares, fruto de uma lavagem de dinheiro de drogas, no momento em que fazia sua ronda sozinho. Pegou-os e logo os entregou como prova. A mídia, na mesma hora, deu destaque a esta história expondo a bela atitude daquele cidadão. Todos elogiaram a honestidade daquele homem. O prefeito condecorou-o, especialmente com uma medalha, pela sua atitude íntegra. Então o autor citado ficou feliz com a história – pois acontecia de muitos policiais receberem propinas - mas a felicidade o colocou na dúvida após ouvir deste guarda que o mesmo havia se sentido atraído em ficar com o dinheiro e que sua segurança financeira lhe oferecia maior estabilidade do que correr o risco de jogar fora tudo o que foi construído por causa de 35 mil. Então o autor, na mesma hora, acreditou que se caso o valor achado fosse muito superior talvez o devesse ficar com aquilo que não lhe pertencia...o dinheiro. Ele receberia sua aposentadoria – seria um mau negócio se arriscar. Ou seja, sua resposta foi infeliz, ele se expressou mal, uma vez que dá para entender que se o valor achado fosse maior, então compensasse a não devolução do dinheiro.

Cortella (2007), no livro “Qual é a tua obra”, enfatiza muito bem a questão de não se apropriar daquilo que é dos outros. Quando criança, costumava brincar dentro de um cofre em uma agência bancária na cidade em que passou uma parte de sua infância, pois naquela época seu pai era gerente de banco, além do mais naquela época se permitia esta regalia. Na primeira vez em que ele foi brincar, seu pai lhe proferiu uma frase tocando-lhe no ombro, que foi decisiva na formação de seu caráter. Cortella menciona muito bem a questão de não se prevalecer de objetos que não lhe pertencem (2007, p. 111) “Filho, o que não é teu, não é teu.” Trata-se de uma frase muito marcante, concisa e direta pois também entendo como: “O que é meu não é de mais ninguém sem o meu consentimento.”

No caso de Cortella, percebe-se a tamanha presença e influência gerada pelo pai ao advertir o filho daquilo que não lhe pertencia. Dá para notar, diante da frase, que não se tem o direito de tomar como seu algo que não é, algo que não foi resultado de esforço para consegui-lo. Ou seja, não se é merecedor daquilo que não se lutou para conquistar. É importante que cada criança também ouça de seus pais as mesmas palavras que Cortella ouviu. Servirá para uma transformação no caráter de cada indivíduo. Quando a família fracassa nesta parte

que é uma das mais importante da educação, então cabe ao professor a sua participação para a melhor formação do indivíduo.

Não se pode esquecer que a família é a primeira escola da criança. É, justamente na família, que se aprende em primeiro lugar a ser ético. Não é possível separar a ética aplicada à vida pública e profissional daquela que se aplica a vida pessoal e familiar.

2.4 Ética, Política e Administração

No exercício da cidadania, o ser humano é convidado a participar da política, não especificamente a partidária, mas aquela que procura promover o bem comum. O bem comum envolve o respeito à vida, a promoção da justiça, da solidariedade, da liberdade, da igualdade, da paz. A política implica num conjunto de relações das pessoas entre si e delas com os grupos, não só em escala local, mas também em nível nacional e internacional, preservando os valores fundamentais da pessoa humana. Para Camargo (2001, p. 59): “A política assim entendida abrange toda a vida da pessoa; é a superação do sofrimento egoísta para atingir o horizonte do outro, do bairro, da cidade, do estado, da nação, e, enfim, do mundo.”

Normalmente, quando se fala em política, entende-se aquelas pessoas que buscam o poder, ou que ocupam cargos políticos. Elas também devem utilizar os cargos como instrumento para o bem comum, por estarem representando o povo. Infelizmente, uma parcela delas aparece na mídia usufruindo do cargo em benefício pessoal. A respeito, afirma Almeida (2004, p. 2): “Surge e cresce, aos poucos no horizonte da vida pública, a ameaça do relativismo cultural, que procura defender o pluralismo ético, desrespeitando os princípios da lei moral natural.” Essa posição nega a existência de normas morais e éticas, ferindo a dignidade da pessoa humana e, ao mesmo tempo, submetendo-a aos ditames de pessoas que exercem os cargos, muito mais em benefício próprio do que do bem comum. Tais pessoas transmitem imagens distorcidas dos ocupantes de cargos, que, em vez de salvaguardar o exercício da liberdade com a busca da verdade, beneficiando o coletivo, é o individual que prevalece. A política não pode estar separada dos

princípios morais e éticos, por estar a serviço da vida, da dignidade da pessoa humana, do bem e da sociedade.

Tratando-se daqueles que ocupam cargos na esfera pública, é preciso estabelecer a diferença entre o público e o privado e que a esfera pública não seja administrada em função de interesses particulares. O político e a esfera pública devem levar em consideração a edificação da “polis” sob o aspecto humano, para que as pessoas possam se realizar e, ao mesmo tempo praticar a solidariedade. A política sem a ética pode ofuscar a razão e abrir caminhos para a desordem, para a dominação do mais forte. A ética na política pode contribuir eficazmente para a solução de problemas econômicos, desde que, alicerçada na justiça. Sem o alicerce da justiça, o sistema desmorona. A participação na política do poder é um dever ético de todos, como afirma Camargo (2001, p. 60): “A política é uma construção constante de participação das pessoas nas decisões pertinentes a todos.”

O que se constata no cotidiano é uma ruptura entre o ético e o político, o ético e o econômico. O problema é que a ética é considerada, do ponto de vista individual, do bem estar social, do que é útil e do subjetivismo, quando a preocupação não é com aquilo que é certo, mas com o que dá certo; quando os princípios, os valores são relegados a um segundo plano, supervalorizando os resultados; quando os fins que se pretende alcançar, justificam os meios a serem utilizados. Isto faz parte da nova cultura que está predominando em nosso meio, como afirma Comblin (2002, p. 16-17):

A nova cultura é cultura de mercado, capitalista, individualista, globalizada. Nela todos devem competir para ganhar. Quem fica esperando na retaguarda perde. É preciso lutar para vencer. É preciso mostrar capacidade, mostrar bens atrativos. É preciso convencer. Não adianta ser dono da verdade se as pessoas não reconhecem como tal.

Essa nova cultura leva as pessoas a procurarem, a cada momento, aquilo que lhes convém. É a cultura universal, sem espaço definido, é a cultura de massa. Cada um se torna o juiz de si mesmo. Qual é a ética, quais os valores do mundo atual? Trata-se do bem estar. O importante é sentir-se bem, em harmonia com o corpo, com a mente, com os outros e o mundo em geral (COMBLIN, 2002). Está-se num novo contexto.

A cultura é um modo específico de existir e de ser do homem. O ser humano vive segundo uma cultura que lhe é própria, determinando o seu viver e

sentido da vida. Pela cultura, o homem pode tornar-se mais, como também tornar-se menos, isto é, quando a cultura age de forma negativa. Conforme Sacristan (1998, p. 60), a cultura pode ser concebida como [...] o conjunto de representações individuais ou grupais e coletivas de uma comunidade [...].” As representações são comportamentos produzidos e construídos socialmente no espaço e tempo concretos. O enfoque que se quer dar à cultura é aquele que contribui, que ajuda o ser humano a libertar a sua existência tanto individual como coletiva. O homem se exprime pela cultura. Ao mesmo tempo, ele é sujeito e objeto da cultura.

A civilização contemporânea procura impor uma série de ideologias, que seus porta-vozes justificam em prol do desenvolvimento, do progresso e da modernidade. Em vez de respeitar a dignidade da pessoa, inculcando valores como: ética, respeito, justiça, moral, honestidade, a sociedade moderna e os meios de comunicação estão voltados para a produção, o lucro, competitividade, o ter em vez de o ser. Valoriza, antes de tudo, o poder político para resguardar seus próprios interesses.

O importante é levar vantagem em tudo o que se faz, não importando a forma como se conseguiu o êxito. A tecnologia, se de um lado trouxe grandes vantagens para a humanidade, de outro, ocupa um lugar cada vez mais decisivo, a ponto de colocar as pessoas a seu serviço, criando discriminações, crime organizado, violência e outros.

A modernidade, a tecnologia e os meios de comunicação devem levar em consideração a cultura da valorização do homem e de sua dignidade e pautar-se por exigências éticas. Dallari (1999), no livro “Direitos Humanos e Cidadania”, ao usar a expressão “direitos humanos” afirma que são aqueles direitos que pertencem a essência do ser humano sem os quais não consegue existir e viver plenamente. Todos os seres humanos devem usufruir deles para terem condições de vida e viverem em sociedade como a vida, que sem ela a pessoa não vive. Por isso, deve ser preservada e preenchida com outras necessidades fundamentais como alimentação, saúde, moradia, educação e outras.

Não é difícil reconhecer que todas as pessoas têm necessidades indispensáveis e que todas têm direito à igualdade e que nenhuma vale mais ou menos do que a outra. Colocar o ser humano no centro das preocupações éticas é fundamentar a prática diária sobre a dignidade do ser, é o que vale também para as empresas, instituições e a toda sociedade (CAMARGO, 2006).

Ética no curso de administração é um assunto que deve ser priorizado cada vez mais por envolver a administração e a economia em geral, preocupando-se com valores e princípios do comportamento humano nos negócios, fornecedores, clientes, bancos, governo e outros. Para isso, é preciso pensar e refletir, ou melhor, filosofar, pois a marca da filosofia não é a posse da verdade, mas a sua busca, e é possível consegui-la nos acontecimentos do cotidiano. Ela deve estar presente como reflexão crítica em todos os setores do conhecimento e da ação humana, fazendo juízo de valor. Julga-se a ação e o valor da ação.

Cortella (2008, p. 64), na abordagem que faz sobre o pensar, diz:

Talvez pensar mais não levasse necessariamente ao “término da espécie”, mas, com muita probabilidade, dificultaria a presença daqueles no mundo dos negócios e da comunicação que só entendem e tratam as pessoas como consumidores vorazes e insanos. Talvez um pensar mais nos levaria a gritar, que basta de tantos imperativos! Compre! Olhe! Veja! Faça! Leia! Sinta!

A reflexão é importante para mudar a ação. É dar um significado à ação. “É um pensar na ação”. (FÜRTER, 1982, p. 29).

Seria um basta a tantas imposições da mídia, da moda e do mercado que só visam o cliente consumidor, materializando cada vez mais a ganância do ter em vez do ser, e não preservando os valores éticos e morais. Tudo isto serve de alerta aos profissionais oriundos dos cursos de administração de empresas, que cada vez mais, se multiplicam no Brasil.

Bertero (2006), no livro “Ensino e Pesquisa em Administração”, enfatiza que a expansão dos cursos de graduação em administração e o aumento do número de alunos mostram a importância do curso para sociedade. É necessária, todavia, uma profunda reflexão sobre os caminhos que os cursos estão percorrendo no Brasil.

2.5 A Formação do Ser humano e a Responsabilidade Social das Empresas

Códigos, normas e disposições legais a respeito do tema ética, de nada adiantam se o ser humano não estiver consciente de que a ética envolve

comportamentos, atitudes e prática no cotidiano. O ser humano não nasce pronto, acabado, ele é o responsável pela sua própria construção. Mas, para atingir seus fins necessita da educação, fundamentada em bases filosóficas racionais, que lhe dêem suporte no seu caminhar. O que torna a educação possível e necessária é que o ser-humano é passível de modificação. Barros afirma:

O homem é um ser que se transforma. Não a transformação meramente exterior, crescimento ou decadência, que é própria do ser vivo em geral, mas a transformação “ interior “, que faz dele um ser histórico (Qual autor?, 2004, p. 21).

O homem faz parte de um devir, que envolve modificabilidade, transformação e desenvolvimento. A respeito, Rohden (1997, p. 45) afirma: “ Enquanto o homem não passar por uma profunda reforma interior, as reformas externas, embora necessárias, são precárias e ineficientes”. A reforma interior supõe um conhecimento de si mesmo.

O ponto de referência, a norma central para a educação, deve ser algo interno. Adorno (1995, p. 121), na abordagem que faz sobre a educação e a barbárie afirma: “ A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica”. Esta auto-reflexão crítica leva o ser humano a pensar não dogmaticamente, mas pensar os problemas que existem no cotidiano, nas ações que são desenvolvidas pelo ser humano. No livro “Educar perguntando”. Campos (2008) afirma que ensinar a pensar é ensinar a fazer perguntas. Como é possível em sala de aula, o professor realizar uma boa orientação sem proporcionar aos alunos perguntas adequada que levem à reflexão, a questionamentos. Saber fazer perguntas é mais significativo do que conhecer as respostas, entretanto fazer perguntas inteligentes depende de observar o que acontece em sala de aula entre professor e alunos. Para isso, é necessário que haja escolas com gestão eficiente, professores bem preparados e de qualidade, tanto nos conteúdos quanto na parte pedagógica.

A aprendizagem sólida dos conteúdos com objetivos claros, com aprofundamento, com a capacidade de relacioná-los com a vida, constituem fatores essenciais na formação do ser humano. Toda doutrina da educação de um professor depende do valor de sua concepção de ser humano, assim como do valor que ele atribui à ética.

Hoje se perde muito a responsabilidade ética, porque se perdeu a noção de que o ser humano é parte integrante de um todo maior, de quem ele faz parte, e que tem certas obrigações. O homem não existe só para si. Ele é abertura para os outros. As relações interpessoais constituem o verdadeiro cenário da vida humana.

Stork e Echevarria (2005, p. 111) na abordagem que fazem da natureza humana e a ética, afirmam: “O desenvolvimento da pessoa e o alcançar de seus fins naturais tem um caráter moral, ético. A ética é algo intrínseco à pessoa, à sua educação e ao seu desenvolvimento natural. É o critério de uso de sua liberdade.” Os autores enfocam uma questão fundamental do ser humano que para lidar com os problemas que afetam sua vida, necessita compreender a si mesmo, o que para Cassirer (1997. p. 9-10) constitui a mais alta indagação filosófica: “O autoconhecimento constitui – declara - é o primeiro pré-requisito de auto-realização”. A questão ética está intimamente ligada com a natureza humana. Quem é o homem? Qual o sentido da sua vida? Por que está aqui na terra? Não é possível dar base a ética sem responder a essas perguntas. Serve aqui de paradigma a famosa frase do filósofo Aristóteles: “Conhece-te a ti mesmo”. Ele que tão bem soube explorar através do seu método a maiêutica.

A dignidade é o valor intrínseco do próprio homem. Educar é eduzir, é extrair, tirar, conduzir de dentro para fora. O que se pretende é que o elemento bom seja induzido, principalmente os valores.

Quando se perde a referência dos valores éticos e morais, se perde o sentido da vida. A mídia contribui muito para a perda desses valores dando lugar a violência. Basta verificar os filmes, os programas de TV que mostram a corrupção, o roubo, a violência em todos os setores da sociedade. Ao mesmo tempo, como praticar os delitos.

Para enfrentar toda essa avalanche de malefícios que a sociedade apresenta, a educação torna-se cada vez mais fundamental na formação do ser humano. A reflexão e o pensamento são qualidades muito necessárias, tanto para o professor quanto para os alunos do curso de formação de administradores, sobretudo quando se adota uma postura mais rigorosa de educação permanente. Assim a reflexão passa a ser crítica, dialética e inovadora. Uma educação não dogmática, mas sim libertadora, que dê condições e convicção ao homem enfrentar a crise de valores.

A formação ética do administrador de empresa cabe à gestão escolar, à coordenação, aos professores do curso e à natureza do trabalho pedagógico desenvolvido. O trabalho pedagógico não pode prescindir do trabalho docente. O trabalho docente vai além da sala de aula, não apenas a formação técnica do administrador, mas também a formação humana.

É preciso ressaltar que através do projeto pedagógico de cada curso, também se obtém um diagnóstico de sua realidade e de sua qualidade, pois cabe ao projeto definir o perfil do profissional que se pretende formar, as diretrizes pedagógicas e políticas do curso, que tipo de cidadão que se pretende formar. É uma questão séria que passa por valores. Refletir sobre essas questões é ter claro o que a instituição espera de seu aluno.

A sala de aula não pode ser vista como uma realidade fragmentada, divorciada de problemas que acontecem na sociedade. Tudo que acontece no macro-sistema, repercute no micro-sistema que é a escola, especialmente na sala de aula que é compreendida como vivência humana e espaço de formação e educação de ser humano.

A sala de aula é o espaço privilegiado de encontro entre professores e alunos entre o processo de ensino e o de aprendizagem. Não é apenas o espaço da formação técnica, mas também da formação humana, não apenas o de instruir, mas principalmente o de educar.

Merton (2205, p. 9) quando se refere à formação da pessoa, afirma:

Deve desempenhar as atividades que são próprias de seu tipo de vida especialmente humana. Deve, por assim dizer, pensar inteligentemente. E, acima de tudo, deve orientar seus atos por decisões livres, realizadas à luz de seu próprio pensamento. Essas decisões devem levar a pessoa, no caso, o aluno do curso, a um crescimento intelectual, moral e ético. Levar a ser consciente de suas capacidades e de suas ações. Afinal, a formação é produto da educação, que contribui para que a pessoa atinja a sua maturação. Para atingir esta finalidade, os cursos de graduação devem contribuir para formar o ser humano, o cidadão, e assim estes cursos estão se preocupando em explicar o lado da compensação onde a empresa ganha, e em troca ela recompensa através de ações para a sociedade.

Não é de hoje que essas ações estão sendo realizadas. A responsabilidade social vem cada vez mais tomando espaço na sociedade e se tornando um tema muito discutido e de grande interesse entre as empresas. Trata-

se de uma questão de decisão e atitudes a serem tomadas pela própria empresa para que esta inicie parte de seus lucros à destinação e manutenção de benfeitorias e benefícios que ajudem a sociedade, como afirmam Alonso; López e Castrucci (2006, p. 176) :

A responsabilidade social sempre foi preocupação de partidos políticos e de governos, mas nas últimas décadas tem recebido crescente atenção por parte das empresas. Num primeiro momento, elas tomaram consciência de que deviam prestar atenção não só a seus sócios ou acionistas, mas também a todas as pessoas que se relacionavam com ela, fornecedores, clientes e empregados; num segundo momento, conscientizaram-se de sua responsabilidade para com a sociedade em geral.

Nota-se que há uma preocupação e discussão sobre os motivos que fazem as empresas explorarem esta questão mencionada acima, até mesmo por se tratar de cunho moral pois as empresas e as pessoas que fazem parte de seus quadros da empresa , têm a obrigação de atuarem e agirem de modo socialmente responsável, por que este é o comportamento correto. Segundo Passos (2004, p. 167):

Não poderia ser diferente, pois sendo a responsabilidade uma questão ética, as empresas precisam comportar-se de forma justa com todas as empresas com quem elas relacionam-se direta ou indiretamente : colaboradores, clientes, fornecedores, consumidores, acionistas e comunidade. Precisam ficar atentas às necessidades das pessoas que são afetadas por elas, não como uma postura legal ou filantrópica, mas como compromisso e responsabilidade. A responsabilidade social só existe em empresas que foram além das obrigações impostas e absorveram conscientemente outras. Enfim, pensar em responsabilidade é pensar em ética. Ela implica compromisso com a humanidade, respeitando os direitos humanos, justiça, dignidade; e com o planeta, comportando-se de forma responsável e comprometida com a sustentabilidade de toda a rede da vida.

No Brasil existe a ação desenvolvida pelo Banco do Brasil S. A. lançada em 2001, o Programa Adolescentes Trabalhadores (PAT), que através de um projeto que dura entre 18 e 24 meses, programa formar adolescentes de baixa renda, qualificando-o para o ingresso na aera bancária. Assim segundo Alonso; López e Castrucci (2006, p. 176)

A responsabilidade social é vista como um compromisso da empresa com relação à humanidade em geral, e uma forma de prestação de contas do seu desempenho baseado na apropriação e uso de recursos que originalmente não lhe pertencem.

O fato de se utilizar sobre recursos que originalmente não pertencem, há empresas que têm como base de sustentação para seu funcionamento recursos naturais, renováveis ou não, como exemplo uma indústria de tijolos onde o recurso natural é a terra e o barro, enorme patrimônio gratuito da humanidade e que por meio desse patrimônio, o homem através de sua empresa obtém o lucro.

3 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

O curso de administração de empresas oferecido na instituição pesquisada tem a preocupação de formar o aluno para o mercado de trabalho tendo como filosofia a multiplicação e a produção de conhecimento técnico, científico e humano para capacitar pessoas na área de administração permitindo assim desenvolver sistemas administrativos suficientemente fortes e ágeis para garantir a sobrevivência das organizações, atendendo sempre as necessidades humanas e do mercado ao qual estão inseridos.

O Ministério da Educação através de suas Diretrizes Curriculares direcionadas ao curso de administração, [pelo processo número 23001.000023/2005-22] aprovada em 03/02/2005 diz:

I – Conteúdos de Formação Básica: relacionados com os estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, éticos-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas.

Ao tomar o cuidado de cumprir as Diretrizes Curriculares de acordo com os Conteúdos de Formação Básica, as instituições de ensino exploram em seu currículo os assuntos exigidos pelo CNE, havendo a possibilidade desses assuntos serem totalmente abordados em sala de aula. Muitos currículos, com o passar dos anos e também conforme a própria necessidade, devidos os fatos atuais, estão sofrendo mudanças. Essas mudanças são aceitas pelo próprio CNE que menciona nas Diretrizes Curriculares aprovadas em 13/06/2007, [no processo 23000.004279/2005-19] :

“4) **enquanto os Currículos Mínimos**, comuns e obrigatórios em diferentes instituições, **se propuseram mensurar desempenhos profissionais no final do curso, as Diretrizes Curriculares Nacionais** se propõem ser um referencial para a formação de um profissional em permanente preparação, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno, apto a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção de conhecimento e de domínio de tecnologias;” (grifos nossos)

“5) **enquanto o Currículo Mínimo** pretendia, como produto, um profissional “preparado”, **as Diretrizes Curriculares Nacionais** pretendem preparar um profissional adaptável a situações novas e emergentes;

6) **enquanto os Currículos Mínimos** eram fixados para uma determinada habilitação profissional, assegurando direitos para o exercício de uma

profissão regulamentada, **as Diretrizes Curriculares Nacionais** devem ensinar variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa; e (grifos nossos)

Através dessas alterações observa-se que os currículos do curso de administração das Instituições de Ensino vêm sofrendo mudanças, abrindo maior espaço para focar a ética em seus cursos.

A missão do Curso de Administração de Empresas é de desenvolver Administradores capacitados para atuar na Administração, com competência, integridade e credibilidade, através da busca contínua de conhecimento, objetivando sempre a qualidade e o aprimoramento profissional e organizacional.

Ao se analisar o Perfil do Egresso da Instituição, percebe-se também a importância e a necessidade da postura ética em sua formação. Na administração, assim com em outras áreas do conhecimento, não deve existir uma postura individual e egoísta. As atividades profissionais, hoje, caminham com a interatividade onde o trabalho e a convivência em grupo é que prevalece. E na questão da capacidade de acompanhar a realidade atual, há a percepção de que os assuntos e as notícias estão em todos os lugares e que o essencial é trabalhar com estas informações de modo que o estudante incorpore em sua formação as melhores reflexões e pensamentos éticos, para discernir o certo do errado.

A orientação pedagógica do Curso de Administração de Empresas é voltada para Cultura Organizacional da Sociedade e de suas Instituições, buscando o desenvolvimento de aptidões no aluno (egresso) capaz de acompanhar a realidade atual e futura de uma forma global, onde este perfil necessita contemplar as seguintes características.

- Visão holística do mercado e da organização; com capacidade de leitura de cenários regionais, nacionais e internacionais;
- Visão das pessoas numa perspectiva de cooperação e com habilidade interpessoal;
- Habilidades individuais, Sociais, Intelectuais e de Conhecimento;
- Conhecimento das áreas Propedêuticas à Administração de Empresas;
- Profundo conhecimento técnico das áreas afins da Administração de Empresas.

No termo “visão holística”, a palavra se origina do grego “ólos”, que significa “todo”, “inteiro”, “completo”, designando um modo de interpretar as realidades enquanto tais, como totalidade, como um todo. De acordo com o Dicionário de Filosofia de Mora (2001, p. 1.376), tem-se:

Holismo afirma que as realidades de que se trata são primeiramente estruturas. Os membros dessas estruturas estão funcionalmente relacionados entre si, de tal modo que quando se trata desses membros fala-se antes de relações funcionais que de disposição ou ordem.

O “todo” pode referir-se à relação que se dá das partes ou dos membros com o todo, como também, os organismos são sistemas que funcionam como um todo. O holismo dá uma visão de totalidade. A visão que a orientação pedagógica procura enfatizar é justamente aquela relacionada com o conjunto de conhecimento e de habilidades da administração em função da profissão exigida pelo mercado de trabalho, tanto na esfera pública como na privada. O que importa é modernizar o setor administrativo.

Essa visão holística está relacionada também com outra visão, a de aquisição de habilidades individuais, sociais, intelectuais e de conhecimento, que são indispensáveis ao profissional. A aquisição de habilidades individuais, no mundo tecnológico em que se vive, é fundamental para o profissional. Também não pode descuidar dos aspectos sociais, com conhecimentos sociológicos, antropológicos, econômicos e de ciências políticas, pois, como afirma Bertero (2006, p. 9): “O entendimento de nossa realidade nacional e do contexto em que o administrador exerce a sua profissão é a sociedade.”

A dimensão da abertura e da transcendência compreende a pessoa aberta ao mundo. É criatura entre as criaturas, unidas às outras pela solidariedade. Trata-se de um relacionamento vivido responsabilmente. A pessoa é chamada a viver no mundo e procurar transformá-lo, melhorá-lo.

Da abertura ao mundo, surge a abertura aos outros. Sair de si e vir ao encontro de outras pessoas, do eu com o tu, numa perspectiva de cooperação e de habilidades interpessoais. Por sua natureza, o ser humano é social e não pode desenvolver suas atividades sem se relacionar com os outros. Larrañaga (1978, p. 137), ao abordar as relações interpessoais, diz: “Elas são os fios que tecem a túnica inconsútil da fraternidade.” O autor apresenta alguns pré-requisitos para o

desenvolvimento das relações interpessoais, como: o respeito, isto é, não se intrometer na vida do outro, a adaptação, que consiste em relacionar-se com o outro, sem dominá-lo, a aceitação, no sentido de acolher o outro, a comunicação, numa abertura que dá e recebe, o diálogo, que trata de buscar a verdade entre duas pessoas ou grupos.

3.1 Código de Ética do Administrador

O Código de Ética Profissional do Administrador, ressalta claramente o dever da presença da ética em todos os momentos do exercício do administrador. O Código de Ética Profissional do Administrador, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 353, de 09 de abril de 2008, manifesta em seu Preâmbulo:

II - O exercício da profissão de Administrador implica em compromisso moral com o indivíduo, cliente, empregador, organização e com a sociedade, impondo deveres e responsabilidades indelegáveis.

III - O Código de Ética Profissional do Administrador (CEPA) é o guia orientador e estimulador de novos comportamentos e está fundamentado em um conceito de ética direcionado para o desenvolvimento, servindo simultaneamente de estímulo e parâmetro para que o Administrador amplie sua capacidade de pensar, visualize seu papel e torne sua ação mais eficaz diante da sociedade.

Com base neste código, mencionando, o comportamento e a atuação e cada especificidade do administrador atuar com seus semelhantes, está explícito no Código de Ética Profissional do Administrador em anexo, onde mostra que a conduta e o dever do Gestor em Administração sempre estão vinculados ao papel que ele deverá desempenhar, associado à conduta ética.

As condutas éticas profissionais da administração que são de conhecimento geral devem ser estudadas pelo aluno de administração e discutidas com o docente, o trabalho do bacharel do curso de administração leva a notar que este profissional poderá se sentir constrangido ou até mesmo colocar em dúvida a sua formação e suas possibilidades profissionais caso não tenha certeza sobre as questões que dizem respeito à sua formação através de sua única fonte mais próxima a este assunto: o professor. Só a instituição educacional juntamente com a

compreensão da ética é que poderá transformar essa imagem denegrada que o próprio homem criou quanto à sua atuação na sociedade e no mundo dos negócios.

3.2 O aluno e o seu Interesse pela Aprendizagem: uma Questão de Valores?

Diante de tantos impasses decorrentes de professores que se dedicam e dão tudo de si com a intenção de transformar a educação para melhor, depara-se com alunos que somente vão à escola. Para que os estudos se tornem mais interessantes a estes frequentadores, necessita-se então saber como um aluno pode querer e aproveitar melhor o seu modo de aprender. Esses alunos mesmo sendo universitários já vêm de casa com problemas na família, problemas profissionais ou pessoais e por isso chegam à faculdade e não conseguem se concentrar nas aulas. Gil (2008) comenta que, na maioria das salas de aulas, sempre os professores encontram estudantes que apresentam um comportamento prejudicial ao andamento da turma e que acabam sendo reconhecidos como alunos “problemáticos.” Os alunos são diferentes entre si, porém todos com o mesmo objetivo ao sair da faculdade, que é um diploma na mão e, por isso, um emprego garantido. Eles não querem saber dos meios para se conseguir um diploma, mas, sim, do fim. Por isso existem diversas tipologias de alunos problemáticos. Mesmo não possuindo um fundamento científico, o autor defende que engloba nesta definição os que se classificam como: retardatários, apressadinhos, desligados, tagarelas, dominadores, agressivos, críticos, impacientes, etc. Mas existem meios de fazer o aprendizado se tornar mais interessante para que o aluno consiga aproveitar melhor o que lhe é transmitido. O conteúdo e o modo de transmissão dependerão também do próprio transmissor do conhecimento, sendo este, o professor.

Como integrantes de uma população, os estudantes universitários podem se distribuir segundo determinadas variáveis, como: sexo, idade, estatura, peso, estado civil, nível de rendimentos, religião, nível intelectual, expectativas profissionais, satisfação com o ensino, etc. Muitas destas variáveis são relevantes para o ensino. Saber, por exemplo, o que os estudantes pensam acerca do curso que estão fazendo ou quais as suas aspirações profissionais pode auxiliar os professores, tanto na redefinição dos conteúdos programáticos e das técnicas de ensino, quanto no estabelecimento de estratégias e táticas para lidar com os estudantes. Por

essa razão, muitos professores têm grande interesse em conhecer o perfil dos estudantes com quem irão trabalhar. (GIL, 2008, p. 41).

Nota-se, através de Gil (2008), que, para ele, os alunos devem ser tratados como pessoas e não como uma fatia de um determinado grupo social ao qual se deve medir palavras e atitudes. Por isso, não se deve descartar a hipótese de se conhecer o aluno, pois ficará mais fácil o direcionamento de um modo mais adequado para trabalhar com a turma em questão, transformando a aula em momentos mais interessantes e de maior facilidade de assimilação. Estes alunos também estarão exercendo na prática aquilo que é visto na teoria, ou então estarão atentos e comparando os casos já ocorridos e como deverão ser solucionados com a forma correta, ou seja, poderão ter a mais ampla possibilidade de participar das atividades discentes.

Gil (2008, p. 63) menciona que: “O estudante precisa participar ativamente do próprio aprendizado, mediante a pesquisa, a experimentação, o trabalho em grupo, o estímulo ao desafio, o desenvolvimento do raciocínio e a busca constante do conhecimento.” Isso demonstra a participação em todos os sentidos do aluno em sala de aula, faz com que ele se interesse e enxergue a sala de aula como um espaço onde tudo que se vê e aprende poderá levá-lo para onde quiser. Ao mesmo tempo, porém, o professor também deve olhar para cada aluno.

Para ter conhecimentos sobre até onde um professor pode influenciar o aluno, busca-se, através de pesquisadores como Mann (apud GIL, 2008), compreender a sua classificação realizada com os estudantes de uma faculdade americana sob o ponto de vista emocional, onde se obteve como resultado que os estudantes se dividem em 8 tipos diferentes: complacentes, ansioso-dependentes, trabalhadores desanimados, estudantes independentes, heróis, franco-atiradores, estudantes que procuram atenção e silenciosos.

A análise desta pesquisa auxilia o professor a compreender as características existentes nos acadêmicos e saber como lidar com cada um deles. Trata-se de saber que em todas as instituições de nível superior sempre existirão alunos que possuem personalidade condizente com os de outros alunos. Ou seja, em cada turma mudam os alunos, porém nunca uma sala será composta de somente estudantes bons, ou na sua totalidade ruins. Pode-se dizer, contudo, que em cada turma existe um estudante que faz lembrar-se de um outro para o qual se lecionou no ano anterior. Por isso, aqui se exalta o interessante mencionar que, na

classificação de Mann, os estudantes que procuram atenção, são identificados como aqueles que mais se deixam ser influenciados pelos professores, pois como gostam de ter contactos sociais com outros colegas e com o professor, permitem sofrer influências externas uma vez que se relacionam com muitas pessoas com opiniões e pontos de vista diferentes.

Nota-se que em cada personalidade estudantil citado por Mann (apud Gil, 2008), existe a necessidade da presença do professor, pois ele conduz o aprendiz ao que é para ser feito. Por isso, a importância de se conhecer, através destes autores, cada tipo de aluno que se pode encontrar em uma sala de aula.

Já, a classificação de Astin (apud GIL, 2008), também foi elaborada com dados obtidos empiricamente, apresentando sete tipos de estudantes: o sábio, o ativista social, o artista, o hedonista, o líder, o direcionado para status e o descomprometido.

Interessante reforçar que o estudante direcionado para status, como na própria classificação realizada pelo autor da pesquisa, é aquele que busca uma situação financeira ótima, prestígio com reconhecimento pelo seus colegas. O importante é frizar que o administrador, o contador e os economistas são os profissionais cujo perfil se encaixa nesta qualidade.

No trabalho de Kuh, Hu e Vésper (apud Gil, 2008), também com base neste mesmo tipo de pesquisa, foram identificados dez tipos de estudantes sendo nomeados como: desengajados, recreadores, socializadores, acadêmicos, cientistas, individualistas, artistas, esforçados, intelectuais e convencionais. Este trabalho também foi realizado com colegiado americano, porém deve-se levar em consideração que não se pode utilizar tais resultados, direcionando-os para os de outros países como no caso do Brasil. Tem-se, no entanto, a importância de considerar que realmente existem diversos tipos de alunos no ensino superior, e que possuem de fato estas características.

Freire (2004) salienta que a crítica que faz à educação, considerando-a inadequada às condições do povo brasileiro, não é uma visão ingênua, já que tem consciência de que a educação por si só não faz milagres, que sozinha não é capaz de realizar todas as alterações necessárias para transformar a sociedade brasileira. No entanto, também, não se pode negar a força instrumental da educação, ao oferecer aos estudantes instrumentos que lhes permitam agir com resistência e coragem frente à opressão social em que vivem, interagindo, assumindo seu papel

de sujeito, dialogando com o outro. Explana que se vive numa sociedade dinâmica onde as informações são cada vez mais de fácil acesso, dentro de nossa casa por meio de internet, rádio, TV, estando à nossa disposição, a cada hora de posse destas informações nossos pensamentos se modificam, em fase de transição constante. Não é possível compreender que a educação continue levando o homem às posições cientistas, ao invés de instigá-lo à busca da verdade, a ser crítico, investigativo, questionador. Só se pode compreender uma educação que vise formar um homem consciente e que use cada vez mais a racionalidade.

Enquanto está no curso, o acadêmico deve apreender os instrumentos mínimos de busca de novos conhecimentos e fazer uma leitura do mundo que possibilite sua inserção na sociedade que é indispensável, até para que outras possibilidades em níveis de aprendizagem se realizem. O compromisso dos cursos de administração na graduação é de conferir formação geral e competências básicas ao administrador para inserir-se no mercado de trabalho tão logo receba o diploma. Além disso, os desafios educacionais são graves e complexos: deslocam-se da durabilidade para a fluidez; da permanência para a fugacidade; da rigidez para a flexibilidade; da estabilidade para a instabilidade; da memorização para a compreensão analítica e crítica; da realidade dada como conhecida e certa para o desconhecido e imprevisível.

Atualmente, o indivíduo tem a responsabilidade sobre a análise e direcionamento de sua própria vida e de suas relações sociais, sobre o seu sucesso ou insucesso, sobre suas oportunidades ou sobre sua exclusão. Caracteriza-se aqui, a premissa do neoliberalismo posto. Em contexto tão insólito, entretanto, as pessoas podem ser juízes incompetentes de sua própria situação. Enguita (1989, p. 89) lembra:

[...] O posto de trabalho já não é algo que se ocupa, salvo imprevistos, pela vida toda. Não o é, em primeiro lugar, pelo aumento do desemprego, pelas abundantes quebras de empresas e pelo desenvolvimento da contratação temporária, que confluem numa espécie de dosificação dos períodos de ocupação e desocupação para setores importantes de trabalho. Mas, não o é, também, porque, dada a aceleração da inovação tecnológica e o aumento da mobilidade ocupacional, a maioria dos profissionais trabalhadores está chamada a trocar várias vezes de emprego ao longo de sua vida. Esta troca pode tomar diversas formas: de empresa, incluindo trocas de ramo e de setor, trocas de posto de trabalho dentro da mesma empresa e trocas de características de um mesmo posto de trabalho.

A crise resultante das ininterruptas modificações diminuiu a área do que é estável e presumível, mas não aumentou significativamente a área da liberdade devido à insegurança econômica, à perda de confiança e legitimidade. Isso faz com que os indivíduos queiram limites fixos e pré-estabelecidos.

3.3 A influência Ética do Professor na Vida do Aluno

O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer.

ALBERT EINSTEIN

Conforme Gil (2008), o professor tem uma influência muito grande na vida do estudante, não só pelo fato de ensinar, tanto é que através dos educadores influenciados por Carl Rogers, o papel primordial do professor não é o de ensinar, mas o de ajudar o estudante a aprender. O professor é um modelo de conduta para os seus alunos. Sua responsabilidade e seus atos são significativos uma vez que seu papel é acrescentar conhecimento à sociedade, no meio em que vive, etc. O conceito de professor já não é mais o mesmo se comparado com o de décadas atrás. Hoje, com a tecnologia, mudanças comportamentais, o docente se vê de frente com a obrigação de possuir uma conduta dinâmica. Este dinamismo inclui vários papéis por que os estudantes assimilam a aula proferida pelo mestre, mas também preferem que sejam colocados nas aulas os casos ocorridos na sua profissão. Muitas vezes, o professor não possui somente a atividade de lecionar. Ele atua profissionalmente como advogado, médico, administrador. Isso alimenta o interesse do aluno em saber sobre o dia-a-dia do trabalho, como ocorre, de que jeito e como soluciona os problemas oriundos do ramo destes profissionais. Este papel que o professor desempenha é o de modelo profissional. Imbernón (2000, p. 40) ilustra:

Espera-se que o eu do homem e da mulher modernos escolarizados seja um eu reflexivo, que pondere sobre as ações, mantendo controle delas e estando desligado das submissões aos poderes que não sejam racionais como apontou Giddens (1995). O sujeito escolarizado fica unguído pela experiência escolar, tanto por seus propósitos explícitos como pelos derivados da forma institucional em que ocorre essa experiência. Em segundo lugar a educação escolar recebida é um fator de primeira ordem nas relações interpessoais dos indivíduos por meio de diferentes vias.

Neste mesmo contexto, Imbernón (2000) ressalta que outro papel que o professor exerce é o de agente de socialização quando, seguindo as indicações de Freud e de Elias, se tornam de fácil entendimento as pautas que direcionam o homem e a mulher educados, tornando-se, indiretamente, objetos de investigação e assim poder obter resultados através de estudos e comparações sobre a influência da cultura nas manifestações das pulsões do indivíduo em relação a poder desempenhar-se “corretamente” como ser social. Em qualquer fase escolar o docente tem influência na atuação do aluno no meio em que vive. O professor universitário, privilegiando-se deste fato, deve utilizar suas palavras e atitudes para influenciar a conduta de seus discentes, sobretudo aquelas relacionadas à cidadania e à vida profissional. Existem 27 papéis exercidos pelos professores, pois segundo Gil (2008), no Ensino Superior, existe um intenso dinamismo por parte dos professores universitários, já que hoje eles não possuem somente a função de ensinar, mas sim seu papel vem sendo significativamente ampliado e, por isso, foram identificadas estas características que constam no anexo D neste trabalho e que nem sempre são percebidas, mas estão sim, sempre presentes em sala.

3.4 A Ética Profissional nas Disciplinas Acadêmicas

Fagundes (2006, p. 18) afirma que “[...] a crise social que vivemos é, principalmente, uma crise social de valores e nos sinaliza que outros tempos estão chegando e que mudanças ocorrerão.” O que acontece hoje é que embora existam códigos, normas e documentos éticos que regem as profissões, apesar disso há dificuldades na aplicação de uma punição. A sociedade parece ter-se acomodado, não há garra e participação de todos em defesa da própria nação, parece não haver indignação. Não há, praticamente, manifestação de alunos em defesa de sua

instituição, muitos preferem ficar em casa pensando que seus colegas farão a sua parte, mas a questão é que por falta da participação em massa, a voz do povo poderá não ter força. Moreira (2002) menciona que a manifestação em que houve participação da sociedade e que trouxe um resultado visível, foi o pedido de afastamento do nosso ex-presidente da república Fernando Collor de Mello. Freire (1999) acredita que o manifesto contra atitudes antiéticas é uma das demonstrações de indignação. “Está errada a educação que não reconhece na justa raiva, na raiva que protesta contra as injustiças, contra a deslealdade, contra o desamor, contra a exploração e a violência um papel altamente formador.” (FREIRE, 1999, p. 11).

E, então, como atua a escola? Segundo Althusser (apud LUCKESI, 1994 p. 44), a sua ação opera em dois sentidos diversos, mas complementares.

1) De um lado, “vai-se mais ou menos longe nos estudos, mas, de qualquer maneira aprende-se a ler, a escrever, a contar – portanto, algumas técnicas – e ainda mais coisas, inclusive elementos (que podem ser rudimentares ou, pelo contrário, aprofundados) de cultura científica ou literária diretamente utilizáveis nos diferentes lugares da produção (uma instrução para os operários, outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma outra para os quadros superiores, etc). Aprendem-se portanto, saberes práticos (*des savoir faire*).”

2) De outro lado, “e ao mesmo tempo que ensina estas técnicas e estes conhecimentos a escola ensina também ‘as regras’ dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo agente da divisão do trabalho deve observar segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras de moral, da consciência cívica e profissional; o que significa, exatamente regras de respeito pela divisão social técnica do trabalho pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a bem falar, a redigir bem, o que significa exatamente (para os futuros capitalistas e seus servidores) mandar bem, isto é, (solução ideal) a falar bem aos operários, etc. [...]” (p. 20-21).

A escola é fundamental para os ensinamentos da ética embora ela não seja a grande responsável, pois, como já mencionado anteriormente, a ética provém do ambiente familiar. Sabe-se que o ambiente escolar possui, sim, uma grande contribuição para a lapidação do comportamento ético da conduta humana. É na escola que o ser humano vivencia relações diárias com outras pessoas, podendo ser da mesma faixa etária ou não, podendo pertencer à mesma classe social, mesma raça e trazer consigo certas bagagens que são: aprender a conviver, esperar, colaborar, pedir, se esforçar, compreender, respeitar... além do primordial, ler e escrever. Revela Gil (2008, p. 57):

De fato, a principal função da escola é a de ensinar. Mas uma simples análise da escola como instituição social possibilita identificar outras funções. Funções estas que podem ser consideradas “latentes” e que muito contribuem para o desenvolvimento psicossocial dos estudantes. A escola constitui uma das mais importantes fontes de socialização, pois é no seu âmbito que se aprendem e se reforçam muitos dos valores, das crenças e das normas de conduta social. É um local privilegiado para o desenvolvimento de grupos de lealdade e de lazer.

Percebem-se tantas injustiças na sociedade - mesmo a escola, impondo os bons costumes - o próprio homem desconsidera a humanidade, não pensa no que prejudicará o próximo, e o agride por meio de palavras, gestos e atitudes, em qualquer lugar: no trabalho, nas ruas, dentro de casa, na sociedade como um todo. A escola, contudo, não pode deixar que seu papel seja deixado em segundo plano, pois ela influencia na humanização desse indivíduo, tornando-o mais sociável no meio em que vive. Por isso, escreve Imbert (2001, p. 99):

Seria importante, no mais elevado grau, que a escola não se esquivasse, de modo algum a esse intuito. Adorno termina sua conferência sobre o “ofício de professor” com estas frases: “o que torna patética a situação atual da escola – e lhe confere, no plano moral, um aspecto de seriedade” – é o seguinte: na realidade presente, ela é a única instituição capaz de desbarbarizar a humanidade, com a condição de que esteja consciente de tal tarefa.

O curso de administração que prepara pessoas para exercerem cargos de gestão, supervisão, direção, entre outros, necessita, além de colocar o futuro profissional competente no mercado de trabalho, destacar para ele o que é certo para que ele mantenha uma conduta correta, sempre idônea e íntegra, atendendo as necessidades humanas e do mercado ao qual enfrentará. Este futuro profissional deverá pensar que seus propósitos devem estar relacionados também com o bem estar da sociedade, não tirando proveito da mesma, sem prejudicá-la em nada. A integridade é uma das qualidades que o cidadão deve possuir. Vázquez (2004, p. 77) argumenta:

Toda ação especificamente humana exige certa consciência de um fim, ou antecipação ideal do resultado que se pretende alcançar. Também o ato moral implica a produção de um fim. Mas o fim proposto pela consciência implica também a decisão de alcançá-lo.

Os docentes devem fazer com que a ética adentre à sala de aula com as disciplinas que são trabalhadas em seu interior, explicando para os alunos os

fatos que ocorrem ou que já ocorreram na sociedade e na rotina do trabalho. Sabe-se que todos os dias surgem situações antiéticas em todos os campos de conhecimento dando oportunidade ao mestre de explorar o assunto, mencionando o caso e destacando a falta de ética, pois o aluno aprenderá a vivenciá-la com uma postura correta dentro de cada situação apresentada. Então Vázquez (2004) menciona que o relacionamento da ética com outras ciências faz com que elas estejam muito unidas e presentes, possibilitando a interação em diversos ângulos, pois o relacionamento e o comportamento dos homens em sociedade oportunizam fontes e dados onde as conclusões contribuem para esclarecer o padrão mais apropriado para um comportamento humano que seja moral. Pode-se verificar, através de Gil (2008, p. 267) que:

Uma das principais razões pelas quais se deve levar em consideração aspectos éticos no ensino é o poder que o professor exerce no desempenho de suas funções. Embora a maioria dos professores conscientemente não procure, o fato é que eles detêm notável poder sobre a vida dos estudantes. Cabe-lhes, portanto, responsabilizar-se por esse considerável poder e assegurar-se de que seja usado com a finalidade de auxiliá-lo no alcance dos objetivos educacionais.

A instituição pesquisada, não possui a disciplina ética como um tema transversal, conforme consta em anexo na grade curricular do curso de Administração de Empresas. Menciona Fagundes (2006, p. 19): Os temas transversais são eixos que não estão incluídos diretamente em nenhuma área do currículo. Ou seja, mesmo a disciplina ética não estando aparentemente presente na matriz curricular pode-se explicar a ética através de seu corpo docente nas disciplinas que eles ministram, considerando o que for de melhor para a formação do acadêmico de acordo com a LDB sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Ministro da Educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996. (http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm Dia 10/07/2008 horas: 09:30)

Na Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, são estabelecidas as diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.

Dando continuidade, a posição de Fagundes corrobora palavras contidas na presente introdução sobre a responsabilidade do profissional docente. Escreve Fagundes (2006, p. 17):

O professor contribui, interfere na formação de seus alunos através de seu comportamento, da sua própria história de vida, das regras de convivência explícitas ou não, que estabelece com eles, de acordo com sua maneira de ser e de pensar.”

Ressalta Fagundes (2006, p. 18) que “a educação não pode ser neutra em relação aos valores.” A educação é um dos meios que pode reacender o espírito ético de cada indivíduo, por isso ela deve ser explanada de forma que esclareça as boas condutas humanas, ou seja, ser direta, objetiva e clara. Menciona Freire (1999) que o simples fato de uma pessoa educar, já é um ato ético, pois todas as escolhas, desde o material a ser estudado, até o horário de liberar os alunos da sala de aula, condizem com uma postura ética. Boff (2003) comenta que a ética deve ser mencionada através da igreja, da religião, pois ela detém grande força onde a palavra tem poder sobre seus fiéis. Já os costumes e os hábitos relacionados com a moral, já praticados desde criança junto à família, também formam o caráter e assim o perfil da ética nos indivíduos. Então, são de suma importância a formação, a estrutura e a prática de atos morais para que o homem tente agir com atitudes éticas, tornando-se eles, rotineiros e habituais. Winnicott (apud BOFF, 2003, p. 40) reforça, prolongando Freud, que estudou a importância das relações familiares para estabelecer o caráter das pessoas, assim: Winnicot (apud BOFF, 2003, p. 40) diz:

Mas esse caráter remete a algo mais fundamental: aos valores de fundo, aos princípios, à visão de realidade que está na cabeça e no coração das pessoas. Então, essas pessoas ou as sociedades serão éticas (terão princípios e valores) se tiverem tido uma boa moral (relações harmoniosas e inclusivas) em casa, na relação primeira com a mãe, na sociedade e nas relações globalizadas hoje.

Dessa forma, o profissional atua bem em todos os âmbitos que estiverem ao seu alcance sem prejudicar outras pessoas ou tirar vantagens pessoais. Destaca-se, neste trabalho, a importância de a ética permear todas as disciplinas do curso de administração para sua atuação como futuro administrador, pelo fato de ser um profissional que atuará dia-a-dia, lidando direta ou indiretamente com negociações, transações, fechamento de contratos, vendas, compras e,

consequentemente, uma significação na sobrevivência, no crescimento ou até mesmo na falência de uma empresa ou quem sabe de um país.

A ética deve fazer parte da interdisciplinaridade. A educação não deve preocupar-se simplesmente com a formação técnica e profissional, ela deve, também, estar atenta à formação do ser humano, e também incluir os valores.

3.5 A análise dos Currículos

Quando se fala em matérias humanísticas num curso de administração, nem sempre os alunos entendem o porquê da tal disciplina no curso, pois acreditam que somente as disciplinas técnicas é que os levarão a exercer a atividade, então não conseguem perceber a essencialidade e nem pensam que, futuramente, seu sucesso profissional estará acompanhado destas disciplinas humanas.

É perceptível que enquanto estudantes que ainda não entraram no mercado de trabalho, e por isso não conhecem as reais necessidades eles acreditam que ao se graduarem haverá uma profissão logo após a sua formação oferecendo possibilidades de obter um cargo de gerência ou diretoria sem pensar que há um percurso, onde haverá o processo de adaptação e também aprendizagem das tarefas e rotina, contudo esperam assim, no ensino superior, um futuro que não tem nada a ver com aquilo que os aguarda lá fora. Por isso, é de grande importância apresentar duas tabelas de Covre (1982, p. 107), para comprovar o quanto são necessárias as matérias técnicas de administração, e, também, como as matérias humanísticas são consideradas necessárias. Esta pesquisa foi realizada com ex-alunos do curso de administração, ou seja, aqueles que já estão enfrentando o trabalho.

TABELA 1 - Na sua opinião, a formação de um aluno de graduação deveria ser?

Somente técnica	1,8%
Somente humanística	0,0%
Mais técnica do que humanística	43,7%
Mais humanística do que técnica	7,2%
Técnica e humanística em iguais proporções	46,4%
Não sei	0,9%

Fonte : Covre, 1982, p. 107) Pesquisa entre ex-alunos, preparada pelo setor de estágios da EAESP, EAESP da FGV.

Vê-se, na tabela, que os ex-alunos perceberam a importância das disciplinas humanísticas, pois não há como trabalhar sem ter que lidar com elas e, para isso, compreender o ser humano. É preciso entendê-lo e saber se comportar diante dele, pois um desagrado já coloca em risco os negócios. E a falta de ética, também não colocaria em risco uma profissão? Não colocaria em risco o caráter? Por isso, esta tabela apóia a idéia de que mesmo a ética sendo uma disciplina humanística que nem sempre é valorizada e mencionada como deveria ser, muitos ainda crêem nela e julgam que deveria estar mais presente nos cursos, não só de administração, mas em todos os outros, por que o cidadão ético é bem vindo em qualquer lugar. Observe a tabela 2:

TABELA 2 - Quais as áreas de estudo que considera de maior importância na formação do administrador?

Produção	16,4 %
Administração Geral e Relações Industriais	40,0%
Mercadologia	44,6%
Contabilidade e Finanças	49,0%
Ciências Sociais	14,6%
Métodos quantitativos	12,7%
Todas na mesma proporção	42,7%

Fonte: Covre, 1982, p. 107) Pesquisa entre Ex-alunos, preparada pelo setor de estágios da EAESP, EAESP da FGV.

Esta tabela 2 mostra o grau de importância das disciplinas segundo a opinião de ex-alunos. O que indicou para eles foram as áreas de maior importância para a formação: Contabilidade e Finanças (49%), Mercadologia (44,6%) e Administração Geral e Relações Industriais (40%).

Este grau de importância, por sua vez, tem tudo para se interligar com a economia, pois as áreas mais votadas, certamente são aquelas que oferecem maior remuneração, ou seja, o capital prevalecia e ainda prevalece. Por isso, não se pode comparar as duas tabelas, pois os contextos são diferentes. Não significa que na tabela 2 os ex-alunos dispensam as matérias humanísticas, pelo contrário, eles acham muito importantes. Quando é para escolherem entre poucas, no entanto, apenas optam por matérias que acreditam que serão suficientes para darem os primeiros passos como administradores mas esquecem que as matérias humanísticas é que influenciarão em termos de sustentabilidade em sua carreira e ser bem visto e aceito pela sociedade.

3.6 Aspectos Históricos da Instituição Pesquisada

A instituição de ensino superior pesquisada se situa na Mesorregião Norte Central do Paraná, a 370 quilômetros de Curitiba, capital do Estado e a 450 quilômetros do Porto Marítimo de Paranaguá. O Município, se encontra na região norte do Paraná, com uma área de 55.538,8 hectares e é cortado ao Norte pelo Trópico de Capricórnio. A região é considerada o principal entroncamento rodod-ferroviário do Centro-Norte do Paraná. O município fica na zona fisiográfica do Ivaí, cruzamento da coluna vertebral da economia brasileira. Como consequência, tornou-se, geograficamente, ponto ideal para o Mercosul e o caminho de ligação entre os grandes centros de consumo e produção.

A Faculdade estudada foi fundada em 1960. No dia 16 de fevereiro teve início o Vestibular da Faculdade com prova escrita e prova oral. Em 18 de março de 1961, realizou-se a aula inaugural do primeiro ano de funcionamento da Faculdade, no salão nobre de um colégio da mesma cidade.

Havendo, como há na realidade, grande número de acadêmicos interessados em atingir etapa mais elevada nos estudos, com especialidade no setor

técnico-econômico, a criação de uma Faculdade viria, sem dúvida, preencher uma lacuna, dar solução prática e imediata a assunto de grande relevância, não só dos interessados, como dos pais e da própria cidade, pois, com isso, evitar-se-ia o êxodo de interessados para outras cidades, com gastos necessários e evasão de renda do próprio Município.

A cidade onde se situa esta faculdade possui uma população urbana ao redor de 50.000 habitantes, situada em posição privilegiada, sendo, como é, centro de irradiação rodoviário-ferroviário da vasta região norte paranaense. Com uma economia sólida, dotada de clima excelente, está fadada a ser, no futuro próximo, uma das mais importantes cidades do Estado. A par do seu progresso material, contudo, que a todos admira, esta cidade precisa e deve crescer também culturalmente e, para isso, a primeira providência é criar estabilidade de ensino.

Trata-se de uma faculdade pública, que possui atualmente cinco departamentos, sendo estes: o departamento de Economia com 17 docentes, o departamento de Contabilidade, com 09 docentes, o departamento de Administração com 25 docentes, o departamento de Ciências Humanas, com 44 docentes e o departamento de Métodos Quantitativos, com 09 docentes.

Hoje, a Instituição oferece 06 cursos de graduação: administração, economia, contabilidade, secretariado executivo trilingue, serviço social e turismo. A instituição sempre está em busca de melhor ensino e, por isso, está no ranking do primeiro melhor curso de Secretariado executivo do Paraná e, assim, considerado o terceiro melhor do Brasil, avaliado pelo ENADE 2006. E cada vez mais, a instituição vem se preocupando e buscando atender com maior qualidade o nível de ensino e a expectativa de seus estudantes.

3.7 O Currículo da Instituição

A questão filosófica do curso pesquisado conforme consta na página 50 deste trabalho, pelo exposto, constata-o de uma ênfase mais direcionada à sobrevivência das organizações, para atender o mercado.

A filosofia questiona o saber existente, problematiza. Não envolve um saber abstrato à margem da vida, pelo contrário, ela pensa o cotidiano, procura ter uma visão de conjunto, de totalidade.

Os administradores têm que cuidar da empresa, do mercado, do lucro, mas não podem descuidar do ser humano e dos parâmetros éticos. Esses devem acompanhar o desenrolar das atividades da empresa. A empresa não pode se deixar levar por uma concepção exclusivamente utilitarista, em que os fins justifiquem os meios. A reflexão filosófica faz juízo de valor, procura estabelecer critérios, possuir uma norma para decidir o que se deve ou não fazer. Não pode pautar-se visando exclusivamente o ter: bom é aquilo que dá dinheiro, ótimo é aquilo que dá muito dinheiro. O fim utilitarista é a obtenção da maior quantidade possível de lucro, de prazer.

A abordagem pedagógica do curso, conforme consta na página 52, relata a visão holística, que compreende o “todo”, o “completo”, apontando em relação à estrutura da empresa. Não no sentido de uma educação integral do ser humano.

O projeto pedagógico deve expressar em seu programa ações que tragam compromissos com as pessoas. Assim passa a ter um compromisso com o curso, para diagnosticar que tipo de profissional se pretende formar. Além disso, ter claro a estrutura curricular, o ensino, a aprendizagem, a metodologia. Os professores precisam valorizar a sua disciplina, considerando-a importante para o curso. Afinal, querem formar profissionais competentes.

A escola também tem um papel importante. Para que serve a escola ? Formar o professor só tecnicamente? Ou trabalhar com os professores para provocar mudanças na sociedade? A ética entra em pauta? O departamento conversa a respeito da questão ética ?

A estrutura curricular também deve fazer parte do projeto pedagógico, levando em consideração o conteúdo, o ensino, a metodologia, a avaliação, o direcionamento a ser dado. Normalmente o currículo de 3º grau envolve debates que giram em torno da relação profissional, interação das disciplinas, exclusão e inclusão das disciplinas, entrega dos programas, notas. São questões bem burocráticas que se verificam nas reuniões dos cursos na instituição pesquisada. São esses fenômenos vividos e observados concretamente. O currículo aparece como forma de produto, marcado por decisões anteriores, sem envolvimento dos professores.

O currículo compreende todas as atividades desenvolvidas pela faculdade, pelo curso, tendo em vista a formação profissional, se processa num contexto social, abrangendo uma visão de homem, de mundo globalizado.

Sacristán (1998), no livro “O currículo uma reflexão sobre a prática”, apresenta o currículo com uma descrição reflexiva que transforma o currículo como prática pedagógica contextualizada. Fala da importância da cultura e do momento histórico em que se aplica o currículo, das crenças que embasam a política curricular, da formação dos docentes e dos procedimentos a serem utilizados pelos alunos.

Sacristán (1998), aponta que as reformas curriculares devem estar ligadas ao aperfeiçoamento dos professores, ao contexto sociocultural e a conscientização do currículo oculto.

No currículo da instituição, embora haja algumas disciplinas de enfoque humanista, como a sociologia e a filosofia, os programas não fazem referência a respeito da ética. A ética como disciplina não faz parte do currículo. Diante do contexto sociocultural atual e do pluralismo ético da modernidade e pós-modernidade, considerando-se que a ausência do estudo compromete muito a formação dos futuros administradores.

Constata-se também que nas reuniões pedagógicas com os professores esse assunto não é abordado. A grande preocupação é com a formação técnica, isto é, do profissional. A formação humana fica em segundo plano. Não há uma organização dos conteúdos curriculares baseada nos centros de interesse e na interdisciplinaridade, não há levantamento de discussões sobre o assunto nem um trabalho de equipe que possibilite a necessidade de questionar e inovar a prática docente.

De acordo com a Matriz Curricular do curso pesquisado, realizou-se uma análise e uma comparação com mais duas grades de outras instituições renomadas, sendo uma delas pública e a outra privada, para se ter conhecimento da presença da ética em cada uma delas.

3.7.1 Os currículos de Administração da UEL e o da FGV

A matriz curricular da UEL utiliza as disciplinas de psicologia, sociologia e filosofia aplicadas ao campo da administração. Além disso, o que o currículo acrescenta é a disciplina Ética Profissional e Responsabilidade Social nos Negócios. O curso possui uma disciplina específica.

Na Fundação Getúlio Vargas também se constata uma disciplina que é “Filosofia e Dilemas Éticos”. Esta instituição reforça um direcionamento praticamente técnico, sem uma fundamentação de base humanista condizente. Mas estuda ética.

Numa sociedade globalizada, onde encontramos muitas pessoas que aceitam docilmente o sistema econômico, político e social existente, com idéias ideologicamente bem mastigadas, sem uma disciplina específica do curso, provoca uma lacuna na formação dos alunos.

Os cursos superiores que formam profissionais para determinadas áreas, isto é, profissões é preciso que além das disciplinas técnicas nas Matrizes Curriculares, haja também no currículo disciplinas que contribuem para a formação do homem. Um dos fins da educação é a realização plena do ser humano, envolvendo tanto a dimensão antropológica, como a epistemológica e a axiológica.

A formação de administradores na área privada e pública, exige profissionais que administrem com a pedagogia do bom exemplo. É evidente que não existem valores que se possam doar, pois o papel da educação não é doutrinar, mas sim mostrar caminhos, refletir e pensar a respeito de assuntos que afetam o ser humano. E a ética pode ser um elemento importante na formação do futuro profissional.

Consideramos válida a iniciativa da Universidade Estadual de Londrina e da Fundação Getúlio Vargas acrescentarem no currículo a disciplina da ética no curso de administração, o que não acontece com a escola pesquisada .

O ensino da ética, a exemplo da maiêutica utilizada por Sócrates que fazia do diálogo, do questionamento e da problematização, o meio de seus discípulos refletirem a respeito da moral e das questões éticas. Só quem pensa é capaz de entender a grandeza, a existência e o sentido da vida e da ética. É o pensamento que nos proporciona dimensões em termos de vida, em termos do aqui e agora, em termos do passado e do presente. O pensamento é a prova da

liberdade do homem. A ética, nessas instituições devem ajudar os alunos a considerarem vida de uma forma diferente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da presente Pesquisa, pode-se observar a grande importância da influência do docente universitário em relação aos seus alunos, aquele que influencia direta ou indiretamente na conduta ética e moral de cada futuro formando. E com isso, reforçam-se as palavras de Freire (2000, p. 53):

Se alguém, ao ler este texto, me perguntar, com irônico sorriso, se acho que, para mudar o Brasil, basta que nos entreguemos ao cansaço de constantemente afirmar que mudar é possível, e que os seres humanos não são puros espectadores, mas atores também da história, direi que não. Mas direi também que mudar implica saber que fazê-lo é possível.

Nos dias de hoje, contudo, os pais fazem com que a criança vá para escola com a finalidade de aprender tudo, inclusive a educação ética e moral. Há elementos, porém, que estão mais do que esclarecidos de que se deve aprender em casa, assim como a ética. Por isso, Gil (2008), ao escrever sobre os diferentes papéis exercidos pelo professor, constata que sempre este mestre está inserido, nem que seja numa parcela ínfima, mas está influenciando na educação do aluno desde o seu modo de receber ajuda em sala de aula, até estar inserido num grupo de amigos como até mesmo na escolha de sua profissão. Por este fato, de tanto influenciar até mesmo na conduta do ser humano, o docente precisa conhecer bem cada estudante para que sua atenção e seu modo de lidar com cada um possam permitir liberdade e maior aproximação para obter melhores resultados.

A ética na Instituição de Ensino Superior tem a necessidade de sempre estar presente em sala de aula, através dos professores. A transparência do modo de ser, pensar e agir do mestre é que induzirá o discente a perceber que comportamento ou conduta será melhor pra ele seguir. Não basta o professor, no entanto, somente ser ético, é necessário principalmente que ele explique a ética em seus ensinamentos uma vez que esta disciplina apresenta pouca carga horária sendo de 34 horas enquanto que as outras disciplinas do mesmo curso possuem 68 horas. Já na instituição pesquisada não há carga horária exclusiva para esta disciplina. Existe a necessidade de haver uma reformulação no currículo desta faculdade, assim como já houve na UEL e na FGV onde encontramos a disciplina Ética Empresarial e

Responsabilidade Social nos Negócios e a Filosofia e Dilemas Éticos, respectivamente.

A ética mesmo atualmente sendo um assunto tão importante e, principalmente, presente e comentada no dia a dia, através da mídia, no ensino superior existe a necessidade de focar e inserir na matriz curricular a ética. A UEL e a FGV apresentam renovações em sua grade curricular e a ética está agregando aos poucos maior carga horária e importância.

As grades curriculares, conforme consta da pesquisa, revelam que as instituições públicas como a Universidade Estadual de Londrina - UEL e as privadas como a Fundação Getúlio Vargas - FGV, conforme dados também apresentados nas tabelas de Covre e exibidas nesta pesquisa, dispõem que a disciplina ética não aparece com destaque, como disciplina de grande importância e que assim deveria estar mais presente. Nas grades curriculares a ética só está presente em 1 semestre. Nota-se nas Matrizes Curriculares citadas no trabalho que disciplinas como Administração em Marketing e também a Estatística, são disciplinas com maior carga horária sendo apresentadas em até 2 semestres. Até mesmo porque segundo a pesquisa de Covre (1982), os próprios alunos não a julgam como uma disciplina importante. Esquecem-se, todavia, que para a pessoa que os contratará, esta sim a considera importante e exige a presença dela para o desempenho da profissão.

Os alunos consideram que o fato de administrar é comandar empresas trazendo sempre lucros e assim garantindo a sobrevivência dela por muito tempo, porém, de nada adianta um administrador que não age conforme o seu próprio Código de Ética como consta em anexo. A análise da Tabela II de Covre mostrou os resultados através da pesquisa, que envolveu ex-alunos e estes acreditam que as disciplinas que mais lhes trarão retorno financeiro são as que devem ser mais exploradas em sala de aula.

O fato de a disciplina ética ainda não estar presente no currículo de algumas instituições, principalmente por não se tratar de um tema transversal, uma disciplina tão relevante como esta, nada impede que o professor explique casos para os alunos onde a ética deve e não deve estar presente e o porquê.

Na conduta do administrador que cuida da empresa, do patrimônio alheio, etc., por estar lidando com negócios, as propostas ilícitas sempre rondam este profissional. Por isso, o código de ética foca em demasia o correto

comportamento diante da sua profissão. Mas também de nada adianta, todavia, ter tantos códigos, se na prática por opções pessoais estes nada funcionam. Os códigos são lidos, mas nem sempre praticados. Então necessita-se de uma transformação naqueles que exercerão estes cargos conforme menciona a própria missão do curso de bacharel em administração . E isso também se direciona para uma instituição de ensino que possui regras, condutas e códigos de ética, porém inexistente o comportamento devido para um ambiente de melhor convivência e profissionalismo.

Mesmo ainda não constando na instituição pesquisada a disciplina ética na grade curricular do curso, nada impede que o professor tenha autonomia, necessidade e oportunidade para abordar temas éticos na sua aula e em qualquer assunto. O professor também precisa ser ético, ter vontade e força para transmitir fatos atuais, mencionar a essencialidade da ética em cada situação, porque hoje a globalização e a mídia estão presentes. Elas são de fácil acesso e, por isso, facilitam para que as notícias se enquadrem nas disciplinas e nos conteúdos, otimizando a abordagem do assunto, fazendo com que a aula se torne atualizada e interessante, revelando, ao mesmo tempo, as vantagens e os benefícios de ser e de praticar a ética. Através das reuniões pedagógicas e do departamento, justificar que o mestre é um guia que pode mostrar ao educando o caminho a trilhar, possibilitando a autoeducação. Educar não é doutrinar, nem só instruir, mas libertar pois traz novas aprendizagens e conceitos oportunizando outras escolhas através de novos conhecimentos. Para isso o aluno com as orientações recebidas passará a ser o sujeito de sua própria educação e não objeto de manipulação. A ciência, da forma como está sendo transmitida, normalmente não conduz a nenhum caminho para o mundo dos valores, que é a consciência. A educação da consciência faz parte do foro íntimo da pessoa. Não basta apenas instruir, formar o erudito, mas, sim, educar, onde o aluno realiza as qualidades que fazem parte do verdadeiro Eu. Com espírito crítico e reflexivo, com bons mestres, é possível ao acadêmico realizar a educação ética. Pelo estudo verificamos que a ética é imprescindível ao ser humano. Deveria haver em todos os cursos uma disciplina ética, aplicada às respectivas profissões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, L. M. de. **Política e exigências éticas**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1 caderno, 2004.

ALONSO, F. R.; LÓPEZ, F. G.; CASTRUCCI, P. de L. **Curso de ética em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ASHLEY, P. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BALTAZAR, J. A.; MORETTI, L. H. T.; BALTHAZAR, M. C. **Família e Escola: um espaço interativo e de conflitos**. São Paulo: Arte e Ciência Editora, 2006.

BARROS, R. S. M. de. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. 2 ed. São Paulo: Pioneira.

BERTERO, C. O. **Ensino e pesquisa em administração**. São Paulo: Thomson, 2006.

BOFF, L. **Ética e moral: A busca dos fundamentos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

CAMARGO, M. **Ética na empresa**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CAMARGO, M. **Fundamentos de ética geral e profissional**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CAMPOS, P. O. **Educar perguntando: ajuda filosófica na escola e na vida**. São Paulo: Paulinas 2008.

CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia: Expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COLOMBO, G. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

COMBLIN, J. **Os desafios da cidade no Séc.XXI**. São Paulo: Paulus, 2002.

CORTELLA, M. S.; TAILLE, Y. de L. **Nos labirintos da moral**. Campinas: Papyrus, 2007.

CORTELLA, M. S. **Qual é a tua obra?** Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CORTELLA, M. S.; BETTO, F. **Sobre a esperança: diálogo**. São Paulo: Papyrus, 2007.

CORTELLA, M. S. **Não nascemos prontos**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CORTINA, A. **Ética filosófica**. In: *Ética teológica: conceitos fundamentais*. Petrópolis: Vozes, 1999.

COVRE, M. de L. **A formação e a ideologia do administrador de empresa**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

DALLARI, D. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1999.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. 9.ed. Campinas: Papyrus, 2004.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 10 jul. 2008. horas:09:30.

ENGUITA, M. F. **Trabalho, escola e ideologia**. Porto Alegre: Artmed, 1989.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FAGUNDES, M. B. **Aprendendo valores Éticos**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREIRE, P. **Ética, utopia e educação**. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. Publicado em 2004. Disponível em: <<http://todasasartes.blogspot.com/>>. Acesso em: 01 set. 2008.

FURTER, P. **Educação e reflexão**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GIL, A. C. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2008.

IMBERNÓN, F. (Org.). **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

IMBERT, F. **A questão da ética no campo educativo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

KANT, Immanuel. **Kant (II): Textos selecionados**. São Paulo: abril cultural, 1980. (Os Pensadores).

KOTLER, P. **Administração de marketing**. 10.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

LARRAÑAGA, I. **Suba comigo**. São Paulo: Loyola, 1978.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1988.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: Educ, 2000.

MARINOFF, L. **Mais Platão, menos Prozac**: a filosofia aplicada ao cotidiano. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MASETTO, M. T. **Docência na universidade**. São Paulo: Papirus, 2000.

MERTON, T. **Homem algum é uma ilha**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MERTON, T. **O homem novo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 24.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2001.

MOREIRA, J. M. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Thomson Learning, 2002.

NOVOA, A. **A profissão professor**. Porto, Lisboa: Porto Editora, 1991.

NOVOA, A. A formação do professor e profissão docente. In: NOVOA, A. (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PASSOS, E. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ROHDEN, H. **Novos rumos para a educação**. 4 ed. São Paulo: Martin Claret, 1997.

ROSA, M. V. de F. P. do C.; ARNOLDI, M. A. **A entrevista na pesquisa qualitativa**. São Paulo: Autentica, 2006.

RUBIO, M. O contexto da modernidade e da pós-modernidade. In: VIDAL, M. (org.) **Ética teológica: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SÁ, A. L. de. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 1996.

SACRISTÁN, J. G. **Compreender e transformar o ensino**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS FILHO, J. C. dos. Desafios Contemporâneos da educação: implicações para a organização do saber escolar e para a educação geral. *Mathesis. Revista de educação*, v. 6, N. 1, p. 9-45, Jan/Jun. 2005.

SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, S. S. (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMÃO, J. R. **Cidadania e ética, pais e filhos, a busca do equilíbrio**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SROUR, R. H. **Ética empresarial: a gestão da reputação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

STORK, R. Y.; ECHEVARRÍA, J. A. **Fundamentos de antropologia: um ideal da excelência humana**. São Paulo: Raimundo Lulio, 2005.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação de professores**. São Paulo: Vozes, 2002.

VAN MANEN, M. **The tact of teaching: the meaning of pedagogical thoughtfulness**. Albany, NY: Suny Press; London, Ontario: Althouse Ress, 1991.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. 25.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ANEXOS

ANEXO A - Código de Ética Profissional do Administrador

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ADMINISTRADOR

(Aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 353, de 9 de abril de 2008)

PREÂMBULO

I - De forma ampla a Ética é definida como a explicitação teórica do fundamento último do agir humano na busca do bem comum e da realização individual.

II - O exercício da profissão de Administrador implica em compromisso moral com o indivíduo, cliente, empregador, organização e com a sociedade, impondo deveres e responsabilidades indelegáveis.

III - O Código de Ética Profissional do Administrador (CEPA) é o guia orientador e estimulador de novos comportamentos e está fundamentado em um conceito de ética direcionado para o desenvolvimento, servindo simultaneamente de estímulo e parâmetro para que o Administrador amplie sua capacidade de pensar, visualize seu papel e torne sua ação mais eficaz diante da sociedade.

CAPÍTULO I

DOS DEVERES

Art. 1º São deveres do Administrador:

I - exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, defendendo os direitos, bens e interesse de clientes, instituições e sociedades sem abdicar de sua dignidade, prerrogativas e independência profissional, atuando como empregado, funcionário público ou profissional liberal;

II - manter sigilo sobre tudo o que souber em função de sua atividade profissional;

III - conservar independência na orientação técnica de serviços e em órgãos que lhe forem confiados;

IV - comunicar ao cliente, sempre com antecedência e por escrito, sobre as circunstâncias de interesse para seus negócios, sugerindo, tanto quanto possível, as melhores soluções e apontando alternativas;

- V - informar e orientar o cliente a respeito da situação real da empresa a que serve;
- VI - renunciar, demitir-se ou ser dispensado do posto, cargo ou emprego, se, por qualquer forma, tomar conhecimento de que o cliente manifestou desconfiança para com o seu trabalho, hipótese em que deverá solicitar substituto;
- VII - evitar declarações públicas sobre os motivos de seu desligamento, desde que do silêncio não lhe resultem prejuízo, desprestígio ou interpretação errônea quanto à sua reputação;
- VIII - esclarecer o cliente sobre a função social da organização e a necessidade de preservação do meio ambiente;
- IX - manifestar, em tempo hábil e por escrito, a existência de seu impedimento ou incompatibilidade para o exercício da profissão, formulando, em caso de dúvida, consulta ao CRA no qual esteja registrado;
- X - aos profissionais envolvidos no processo de formação do Administrador, cumprir informar, orientar e esclarecer sobre os princípios e normas contidas neste Código.
- XI - cumprir fiel e integralmente as obrigações e compromissos assumidos, relativos ao exercício profissional;
- XII - manter elevados o prestígio e a dignidade da profissão.

CAPÍTULO II

DAS PROIBIÇÕES

Art. 2º É vedado ao Administrador:

- I - anunciar-se com excesso de qualificativos, admitida a indicação de títulos, cargos e especializações;
- II - sugerir, solicitar, provocar ou induzir divulgação de textos de publicidade que resultem em propaganda pessoal de seu nome, méritos ou atividades, salvo se em exercício de qualquer cargo ou missão, em nome da classe, da profissão ou de entidades ou órgãos públicos;
- III - permitir a utilização de seu nome e de seu registro por qualquer instituição pública ou privada onde não exerça pessoal ou efetivamente função inerente à profissão;
- IV - facilitar, por qualquer modo, o exercício da profissão a terceiros, não habilitados ou impedidos;

- V - assinar trabalhos ou quaisquer documentos executados por terceiros ou elaborados por leigos alheios à sua orientação, supervisão e fiscalização;
- VI - organizar ou manter sociedade profissional sob forma desautorizada por lei;
- VII - exercer a profissão quando impedido por decisão administrativa do Sistema CFA/CRA's transitada em julgado;
- VIII - afastar-se de suas atividades profissionais, mesmo temporariamente, sem razão fundamentada e sem notificação prévia ao cliente ou empregador;
- IX - contribuir para a realização de ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la, ou praticar, no exercício da profissão, ato legalmente definido como crime ou contravenção;
- X - estabelecer negociação ou entendimento com a parte adversa de seu cliente, sem sua autorização ou conhecimento;
- XI - recusar-se à prestação de contas, bens, numerários, que lhes sejam confiados em razão do cargo, emprego, função ou profissão, assim como sonegar, adulterar ou deturpar informações, em proveito próprio, em prejuízo de clientes, de seu empregador ou da sociedade;
- XII - revelar sigilo profissional, somente admitido quando resultar em prejuízo ao cliente ou à coletividade, ou por determinação judicial;
- XIII - deixar de cumprir, sem justificativa, as normas emanadas dos Conselhos Federal e Regionais de Administração, bem como atender às suas requisições administrativas, intimações ou notificações, no prazo determinado;
- XIV - pleitear, para si ou para outrem, emprego, cargo ou função que esteja sendo ocupado por colega, bem como praticar outros atos de concorrência desleal;
- XV - obstar ou dificultar as ações fiscalizadoras do Conselho Regional de Administração;
- XVI - usar de artifícios ou expedientes enganosos para obtenção de vantagens indevidas, ganhos marginais ou conquista de contratos;
- XVII - prejudicar, por meio de atos ou omissões, declarações, ações ou atitudes, colegas de profissão, membros dirigentes ou associados das entidades representativas da categoria.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS

Art. 3º São direitos do Administrador:

I - exercer a profissão independentemente de questões religiosas, raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, condição social ou de qualquer natureza discriminatória;

II - apontar falhas nos regulamentos e normas das instituições, quando as julgar indignas do exercício profissional ou prejudiciais ao cliente, devendo, nesse caso, dirigir-se aos órgãos competentes, em particular ao Tribunal Regional de Ética dos Administradores e ao Conselho Regional de Administração;

III - exigir justa remuneração por seu trabalho, a qual corresponderá às responsabilidades assumidas a seu tempo de serviço dedicado, sendo-lhe livre firmar acordos sobre salários, velando, no entanto, pelo seu justo valor;

IV - recusar-se a exercer a profissão em instituição pública ou privada onde as condições de trabalho sejam degradantes à sua pessoa, à profissão e à classe;

V - participar de eventos promovidos pelas entidades de classe, sob suas expensas ou quando subvencionados os custos referentes ao acontecimento;

VI - a competição honesta no mercado de trabalho, a proteção da propriedade intelectual sobre sua criação, o exercício de atividades condizentes com sua capacidade, experiência e especialização.

CAPÍTULO IV

DOS HONORÁRIOS PROFISSIONAIS

Art. 4º Os honorários e salários do Administrador deverão ser fixados, por escrito, antes do início do trabalho a ser realizado, levando-se em consideração, entre outros, os seguintes elementos:

I - vulto, dificuldade, complexidade, pressão de tempo e relevância dos trabalhos a executar;

II - possibilidade de ficar impedido ou proibido de realizar outros trabalhos paralelos;

III - as vantagens de que, do trabalho, se beneficiará o cliente;

IV - a forma e as condições de reajuste;

V - o fato de se tratar de locomoção na própria cidade ou para outras cidades do Estado ou do País;

VI - sua competência e renome profissional;

VII - a menor ou maior oferta de trabalho no mercado em que estiver competindo;

VIII - obediência às tabelas de honorários que, a qualquer tempo, venham a ser baixadas, pelos respectivos Conselhos Regionais de Administração, como mínimos desejáveis de remuneração.

Art. 5º É vedado ao Administrador:

I - receber remuneração vil ou extorsiva pela prestação de serviços;

II - deixar de se conduzir com moderação na fixação de seus honorários, devendo considerar as limitações econômico-financeiras do cliente;

III - oferecer ou disputar serviços profissionais, mediante aviltamento de honorários ou em concorrência desleal.

CAPÍTULO V

DOS DEVERES ESPECIAIS EM RELAÇÃO AOS COLEGAS

Art. 6º O Administrador deverá ter para com seus colegas a consideração, o apreço, o respeito mútuo e a solidariedade que fortaleçam a harmonia e o bom conceito da classe.

Art. 7º Com relação aos colegas, o Administrador deverá:

I - evitar fazer referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras;

II - recusar cargo, emprego ou função, para substituir colega que dele tenha se afastado ou desistido, visando a preservação da dignidade ou os interesses da profissão ou da classe;

III - evitar emitir pronunciamentos desabonadores sobre serviço profissional entregue a colega;

IV - evitar desentendimentos com colegas, usando, sempre que necessário, o órgão de classe para dirimir dúvidas e solucionar pendências;

V - tratar com urbanidade e respeito os colegas representantes dos órgãos de classe, quando no exercício de suas funções, fornecendo informações e facilitando o seu desempenho;

VI - na condição de representante dos órgãos de classe, tratar com respeito e urbanidade os colegas Administradores, investidos ou não de cargos nas entidades representativas da categoria, não se valendo dos cargos ou funções ocupados para prejudicar ou denegrir a imagem dos colegas, não os levando à humilhação ou execração;

VII - auxiliar a fiscalização do exercício profissional e zelar pelo cumprimento do CEPA, comunicando, com discrição e fundamentadamente aos órgãos competentes, as infrações de que tiver ciência;

Art. 8º O Administrador poderá recorrer à arbitragem do Conselho Regional de Administração nos casos de divergência de ordem profissional com colegas, quando for impossível a conciliação de interesses.

CAPÍTULO VI

DOS DEVERES ESPECIAIS EM RELAÇÃO À CLASSE

Art. 9º Ao Administrador caberá observar as seguintes normas com relação à classe:

I - prestigiar as entidades de classe, propugnando pela defesa da dignidade e dos direitos profissionais, a harmonia e a coesão da categoria;

II - apoiar as iniciativas e os movimentos legítimos de defesa dos interesses da classe, participando efetivamente de seus órgãos representativos, quando solicitado ou eleito;

III - aceitar e desempenhar, com zelo e eficiência, quaisquer cargos ou funções, nas entidades de classe, justificando sua recusa quando, em caso extremo, achar-se impossibilitado de servi-las;

IV - servir-se de posição, cargo ou função que desempenhe nos órgãos de classe, em benefício exclusivo da classe;

V - difundir e aprimorar a Administração como ciência e como profissão;

VI - cumprir com suas obrigações junto às entidades de classe às quais se associou, inclusive no que se refere ao pagamento de contribuições, taxas e emolumentos legalmente estabelecidos;

VII - acatar e respeitar as deliberações dos Conselhos Federal e Regional de Administração

CAPÍTULO VII

DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES

Art. 10 Constituem infrações disciplinares sujeitas às penalidades previstas no Regulamento do Processo Ético do Sistema CFA/CRA, aprovado por Resolução Normativa do Conselho Federal de Administração, além das elencadas abaixo, todo ato cometido pelo profissional que atente contra os princípios éticos, descumpra os deveres do ofício, pratique condutas expressamente vedadas ou lese direitos reconhecidos de outrem:

I - praticar atos vedados pelo CEPA;

II - exercer a profissão quando impedido de fazê-lo ou, por qualquer meio, facilitar o seu exercício aos não registrados ou impedidos;

III - não cumprir, no prazo estabelecido, determinação de entidade da profissão de Administrador ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes, depois de regularmente notificado;

IV - participar de instituição que, tendo por objeto a Administração, não esteja inscrita no Conselho Regional;

V - fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante as entidades da profissão de Administrador;

VI - tratar outros profissionais ou profissões com desrespeito e descortesia, provocando confrontos desnecessários ou comparações prejudiciais;

VII - prejudicar deliberadamente o trabalho, obra ou imagem de outro Administrador, ressalvadas as comunicações de irregularidades aos órgãos competentes;

VIII - descumprir voluntária e injustificadamente com os deveres do ofício;

IX - usar de privilégio profissional ou faculdade decorrente de função de forma abusiva, para fins discriminatórios ou para auferir vantagens pessoais;

X - prestar, de má-fé, orientação, proposta, prescrição técnica ou qualquer ato profissional que possa resultar em dano às pessoas, às organizações ou a seus bens patrimoniais.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 Caberá ao Conselho Federal de Administração, ouvidos os Conselhos Regionais e a categoria dos profissionais de Administração, promover a revisão e a atualização do CEPA, sempre que se fizer necessário.

Art. 12 As regras processuais do processo ético serão disciplinadas em Regulamento próprio, no qual estarão previstas as sanções em razão de infrações cometidas ao CEPA.

Art. 13 O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Administração manterão o Tribunal Superior e os Tribunais Regionais, respectivamente, objetivando o resguardo e aplicação do CEPA.

Art. 14 É dever dos CRAs dar ampla divulgação ao CEPA.

ANEXO B – Regimento Interno 2004

REGIMENTO INTERNO 2004

Título I

Da faculdade e seus fins

ART. 3º A FACULDADE que tem por objetivo promover e desenvolver todas as formas de conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compete:

I – ministrar o ensino superior visando à formação de profissionais ao exercício de suas funções;

II – estender o ensino, a pesquisa e a extensão à sociedade, mediante cursos e prestação de serviços;

III – realizar intercâmbio científico e cultural, bem como participar de programas oficiais de cooperação nacional e internacional.

Capítulo II

DAS RESPONSABILIDADES DO DOCENTE

Art. 90 São atribuições do professor:

I - elaborar o plano de ensino de sua disciplina, submetendo-o à aprovação do Departamento;

II - ministrar aulas e cumprir integralmente o programa determinado pelo Departamento;

III - organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos;

IV - observar o regime escolar, os horários estabelecidos e registrar sua frequência no livro próprio;

V - entregar ao Chefe do Setor do Controle Acadêmico da Faculdade, para registrar os resultados das avaliações do aproveitamento escolar nos prazos fixados;

VI - elaborar e executar projetos de pesquisa;

VII - participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;

VIII - exercer ação disciplinar na área de sua competência;

IX - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Chefe do Departamento.

Do Corpo Discente

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 91 O corpo discente é constituído pelos alunos regularmente matriculados na Faculdade:

I - em cursos de graduação;

II - em cursos de longa duração de especialização e/ou aperfeiçoamento.

Art. 92 São alunos da Faculdade, mas não fazem parte do corpo discente:

I - alunos matriculados em cursos de aperfeiçoamento de curta duração;

II - alunos matriculados em outras modalidades de cursos de extensão.

Art. 93 Aos membros do corpo discente, são assegurados os seguintes direitos e deveres:

I - receber ensino às disciplinas em que estejam matriculados;

II - receber atendimento por parte da administração a suas solicitações legais e regulamentares, desde que viáveis e compatíveis com as finalidades da Faculdade;

III - pleitear assistência e candidatar-se aos exercícios de Monitoria, na

IV - forma estabelecida pelos Departamentos;

V - participar, com direito a voz e voto, dos órgãos colegiados da Faculdade, por meio de representação constituída na forma da lei, e disciplina neste Regimento;

VI - colaborar para o aprimoramento do ensino na Faculdade;

VII - organizar-se em associações, agremiações e diretórios, na forma da lei;

VIII - recorrer das decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;

IX - freqüentar as aulas e demais atividades curriculares e aplicar a máxima diligência no seu aproveitamento;

X - observar o regime disciplinar instituído no Estatuto e neste Regimento;

XI - contribuir, na esfera de sua ação, para que o prestígio da Faculdade seja sempre crescente;

XII - respeitar o patrimônio da Faculdade e zelar pela sua conservação

ANEXO C - DIRETRIZES CURRICULARES

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) e Conselho Federal de Administração (CFA)

UF: DF

ASSUNTO: Retificação da Resolução CNE/CES nº 1/2004, que institui as Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Graduação em Administração

RELATORES: Edson de Oliveira Nunes, Marília Ancona-Lopez e Roberto Cláudio Frota Bezerra

PROCESSO Nº : 23001.000023/2005-22

PARECER CES/CNE Nº 023/2005

COLEGIADO: CES

APROVADO EM: 3/2/2005

I – RELATÓRIO

Trata o presente de pedido de retificação da Resolução CNE/CES nº 1/2004, solicitada pela Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) e pelo Conselho Federal de Administração (CFA), por meio de Ofício, protocolado em 10-9-2004, sob o nº 050943/2004-15. A Resolução supra citada se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração.

Mérito

Na solicitação encaminhada, as Instituições argumentam que *as alterações pretendidas objetivam tornar mais claro às Instituições de Ensino Superior, que ministram cursos de graduação em Administração, a extinção das habilitações, o prazo de transição para a adaptação dos cursos à luz das DCN's de Administração, bem como a revogação da Resolução CFE nº 02, de 04/10/1993, que fixou os mínimos de conteúdos e duração dos cursos de Graduação em Administração.* (grifo nosso)

A proposta relativa ao primeiro item inclui no texto da Resolução CNE/CES nº 1/2004, o parágrafo 3º do art. 2º, nos termos transcritos a seguir:

§3º- As Linhas de Formação Específicas não se constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as

mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico do Curso, quando for o caso.

A justificativa apresentada é a de que existem cerca de 2.500 habilitações, com aproximadamente 240 denominações distintas, o que vem acarretando conflito no ensino do curso de Administração, confundindo-se o próprio curso com as habilitações. Segundo o documento, na ótica das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Bacharelado em Administração, pode o Projeto Pedagógico privilegiar ou não Linhas de Formação Específicas no final do Curso, sem que representem uma habilitação, porque a Linha de Formação significa um aprofundamento de estudos numa determinada área estratégica da Edson Nunes 0023/SOS

PROCESSO Nº : 23001.000023/2005-22

Administração, e tem por finalidade atender às particularidades regionais e locais, lastro principal que deu ênfase às Diretrizes, conforme se observa no Parecer CES/CNE nº 134/2003.

O terceiro item, relativo à necessidade de revogação da Resolução CFE nº 2, de 4 de outubro de 1993, tem por base inúmeras consultas junto aos dois órgãos sobre sua eficácia, depois da aprovação das DCN do Curso de Administração, razão pela qual as entidades reivindicam a pertinência e a urgência de sua revogação, nos termos abaixo:

Art. 12. *Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CFE nº 2, de 4 de outubro de 1993, e demais disposições em contrário.*

Considerações Finais:

Os Relatores acolhem a solicitação contida no primeiro item, recomendando a fusão do atual parágrafo 2º com a do parágrafo proposto como 3º, do art. 2º, que passará a ter a seguinte redação:

“As Linhas de Formação Específica nas diversas áreas da Administração não se constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico”.

Em relação ao pedido referente à inclusão no texto sobre a revogação da Resolução CFE nº 2/1993, os Relatores concordam com a sugestão proposta. Quanto às sugestões do segundo item, referentes ao prazo de transição, esclarecem que as mesmas serão adaptadas aos termos do Parecer CNE/CES nº 210/2004, homologado em 24/9/2004, que contempla também a alteração no item VIII, do §1º, do art. 2º: §...- *Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.*

Com a finalidade de padronizar a denominação já utilizada em outras Resoluções de Diretrizes Curriculares Nacionais de cursos de graduação, os Relatores alteraram no Projeto de Resolução, a expressão “Trabalho de Conclusão de Curso-TCC” para “Trabalho de Curso”.

II – VOTO DOS RELATORES

Votamos favoravelmente à aprovação das alterações solicitadas pela ANGRAD e CFA, na forma deste Parecer e do Parecer CNE/CES nº 210/2004, bem como do Projeto de Resolução em anexo, do qual é parte integrante.

Brasília (DF), 3 de fevereiro de 2005.

Conselheiro Edson de Oliveira Nunes – Relator
Conselheira Marília Ancona-Lopez-Relatora

Edson Nunes 0023/SOS 2

PROCESSO Nº : 23001.000023/2005-22

Conselheiro Roberto Cláudio Frota Bezerra- Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha por unanimidade o voto dos Relatores. Sala das Sessões, em 3 de fevereiro de 2005.

Conselheiro Edson de Oliveira Nunes – Presidente

Conselheiro Antonio Carlos Caruso Ronca – Vice-Presidente

Edson Nunes 0023/SOS 3

PROCESSO Nº : 23001.000023/2005-22

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
PROJETO DE RESOLUÇÃO**

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CES/CNE nº 776, de 3 de dezembro de 1997, e 583, de 4 de abril de 2001, as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Administração, propostas ao CNE pela SESu/MEC, e considerando o que consta dos Pareceres CES/CNE nºs 67, de 11/3/2003; 134, de 4/6/2003, 210/2004, 23/2005, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2/6/2003, 9/9/2003, 24/09/2004 e // , resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como Trabalho de Curso , componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Administração, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- I – objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II – condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III – cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV – formas de realização da interdisciplinaridade;
- V – modos de integração entre teoria e prática;
- VI – formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII – modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII – incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX – concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

Edson Nunes 0023/SOS 4

PROCESSO Nº : 23001.000023/2005-22

X – concepção e composição das atividades complementares; e,

XI – inclusão opcional de trabalho de curso sob as modalidades monografia, projeto de

iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico - prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

§ 2º – Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato*

sensu, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

§ 3º – As Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico.

Art. 3º O Curso de Graduação em Administração deve ensinar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I – reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II – desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III – refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV – desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V – ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI – desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII – desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e

VIII – desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Art. 5º Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

Edson Nunes 0023/SOS 5

PROCESSO Nº : 23001.000023/2005-22

I – Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais,

econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II – Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III – Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias

que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV – Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Administração estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo

com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual, regime seriado semestral, sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Administração.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos, gradualmente reveladas pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do Curso de Graduação em Administração o Estágio Supervisionado de que trata este artigo deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Edson Nunes 0023/SOS 6

PROCESSO Nº : 23001.000023/2005-22

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Curso é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Administração o Trabalho de Curso, nas modalidades referidas no caput deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu conselho superior acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10. A duração e carga horária dos cursos de graduação serão estabelecidas em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art. 11. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo Único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CFE nº 2, de 4 de outubro de 1993, e a Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2004, bem como as demais disposições em contrário.

Edson de Oliveira Nunes

Presidente da Câmara de Educação Superior

WWW.portal.mec.gov.br

ANEXO D – Papéis diferentes que o professor exerce em sala de aula

27 PAPEIS DIFERENTES QUE O PROFESSOR EXERCE EM SALA DE AULA

Gil (2008, p. 22)

Mentor. O professor não é solicitado pelos estudantes apenas para fornecer informações acerca da matéria que lecionam, mas também acerca dos múltiplos aspectos que envolvem a profissão que decidiram seguir. O professor representa para muitos estudantes um exemplo de profissional bem-sucedido. Cabe-lhe, portanto, dialogar com os jovens, estimulando-os e orientando-os em seu caminho em direção ao sucesso profissional.

Avaliador. O papel de avaliador é um dos mais críticos no desempenho das atribuições do professor. Não há, contudo, como deixar de considerá-lo, pois, no contexto da educação moderna, a avaliação não tem apenas caráter seletivo, mas também está diretamente vinculada ao processo de aprendizagem.

Administrador. O professor desempenha papel de Administrador no sentido estrito do conceito definido no âmbito da Administração Científica, já que suas atividades envolvem planejamento, organização, monitoração, e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Especialista. O professor universitário é especialista num determinado campo do conhecimento. Não há como admitir que um professor universitário possa dispor apenas de conhecimentos genéricos sobre a matéria que leciona. Isto porque, ao longo das aulas, é requisitado a fornecer aos estudantes informações que não estão diretamente relacionadas ao conteúdo proposto.

Aprendiz. Já está longe o tempo em que o professor, após sua formatura, sentia-se seguro para transmitir os conhecimentos referentes à sua disciplina. Os conhecimentos evoluem tão rapidamente que os professores, para se sentirem aptos para lecionar, precisam estar constantemente aprendendo; não apenas

realizando novos cursos, mas também aprendendo com a experiência de seus colegas e dos estudantes.

Membro de equipe. Durante muito tempo, o trabalho do professor foi considerado do tipo solitário. Cada vez mais, no entanto, ele precisa contar com a colaboração de seus colegas. Para isto, é necessário que se sinta membro de uma equipe e aja como tal.

Participante. Mais do que condutor, o professor é um participante no processo de ensino-aprendizagem. Não há como deixar de ouvir os estudantes em relação à definição dos objetivos do curso, ao estabelecimento de metas, à utilização de estratégias de ensino e mesmo em relação aos procedimentos a serem utilizados para avaliação.

Didata. A Didática deve ser entendida não apenas como ciência e técnica, mas também como arte do ensino. Dessa forma, a atuação do professor, enquanto didata, precisa envolver aspectos artísticos do ensino.

Educador. Embora o termo educador seja utilizado com frequência como sinônimo de professor, na realidade é diferente. O papel de educador é um dos mais complexos. Utilizando uma metáfora proposta por Rubem Alves (2000), os educadores são como uma árvore frondosa, são formados com o tempo. São mais raros que os professores, porque agregam tudo o que se espera de um mestre: a paciência, a sabedoria, a crítica, a solidez dos valores. Em suma: o espírito engajado pelas raízes grossas e uma copa com diâmetro largo para abrigar várias possibilidades de absorção de conhecimentos.

Diagnosticador de necessidades. A motivação dos estudantes depende fundamentalmente de suas necessidades. Assim, cabe ao professor identificar suas necessidades para que os conteúdos ministrados correspondam às suas expectativas.

Conferencista. Este é um dos mais tradicionais papéis do professor universitário. A aula expositiva ainda constitui um dos métodos mais utilizados no Ensino Superior.

Embora os especialistas reconheçam que seja utilizada em demasia, ainda é muito importante para providenciar informações que não estão facilmente disponíveis nos livros, para relatar experiências pessoais e para proporcionar uma visão global da matéria a ser ministrada.

Modelo de professor. Para os estudantes que pretendem exercer o magistério superior, o principal modelo de professor é o daquele com que mais se identificaram ao longo de seu curso de graduação ou que mais despertaram sua atenção pela conduta em sala de aula.

Facilitador da aprendizagem. A postura mais centrada nos estudantes requer profundas alterações no papel do professor. Já está longe o tempo em que o professor era visto, principalmente, como fornecedor de informações. Hoje, ele é visto mais como facilitador da aprendizagem; como alguém que ajuda o estudante a aprender.

Assessor do estudante. As escolas necessitam atualmente de professores com conhecimentos especiais para proporcionar assessoramento aos estudantes em relação a atividades que são importantes para o seu desenvolvimento. Trabalhos escritos, projetos, atividades de pesquisa, de laboratório e mesmo de leitura requerem assessoramento constante do professor. Estudantes que já se iniciaram na vida profissional, de modo especial, tendem a solicitar auxílio de seus professores para a solução de problemas.

Assessor de currículo. O professor tem responsabilidade não apenas em relação ao planejamento e à implementação dos programas educacionais, mas também no que se refere à efetividade do ensino ministrado e aos seus currículos. Para garantir a unidade do curso, é necessário que cada professor esteja inteirado dos objetivos e conteúdos das disciplinas que compõem o currículo do curso, que seja capaz de analisá-lo como um todo e propor as mudanças necessárias para que se torne mais efetivo.

Preparador de material. Uma das características da educação moderna é o incremento dos recursos de ensino. As novas tecnologias de comunicação, por sua

vez, contribuem significativamente para a ampliação desses recursos. Dessa forma, requerem-se do professor universitário habilidades para selecionar, adaptar e produzir recursos de ensino.

Elaborador de guias de estudo. Professores do passado preparavam apostilas. Esse procedimento nos dias de hoje é execrado, e não sem razão. Cabe ao professor, todavia, elaborar guias de estudo que indiquem aos estudantes o que devem aprender e como adquirir a competência necessária para tanto.

Líder. O professor determina os objetivos e os meios para alcançá-los mediante a definição da estrutura e dos padrões de excelência e a avaliação do desempenho dos estudantes. É necessário, no entanto, que a observância desses meios se dê pelo prestígio do professor e por sua aceitação pelos estudantes. Significa que este deve atuar como líder, muito mais do que como autoridade formal.

Instrutor. Identifica-se frequentemente o instrutor com o profissional envolvido em programas simples de treinamento. Cabe, entretanto, ao professor universitário, em muitas disciplinas, atuar também como instrutor. Sobretudo naquelas de caráter mais prático, em que os objetivos principais relacionam-se ao desenvolvimento de habilidades psicomotoras.

Animador de grupos. Quando o professor se vale de jogos e simulações como estratégias para facilitar a aprendizagem, seu papel passa a ser o de animador de grupos. O que ele precisa, nesses momentos, é promover o envolvimento dos alunos nas atividades programadas. Precisa, para tanto, dominar técnicas de trabalho em grupo.

Pesquisador. O professor está constantemente produzindo novos conhecimentos para utilizar em suas aulas. Ele desenvolve não apenas pesquisa bibliográfica, mas também pesquisas de campo, que envolvem na maioria das vezes, participação dos alunos, sem contar também que as atividades de pesquisa são hoje reconhecidas como estratégias de ensino, já que é possível aprender pela pesquisa.

Pessoa. Esse papel que é um dos mais básicos para qualquer indivíduo, nem sempre é considerado por quem lida com a escola do ponto de vista essencialmente técnico. Há que se reconhecer, contudo, que o professor é acima de tudo uma pessoa, com crenças.

ANEXO E – Perfil do Curso de Administração de Empresas da Faculdade

PERFIL DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA FACULDADE

Perfil do Curso

Servir como referencial na formação de Administradores com excelente capacitação para atuarem nas organizações Regionais, Nacionais e Internacionais.

Filosofia do Curso

A filosofia do Curso de Administração de Empresas é multiplicar e produzir conhecimento técnico, científico e humano para capacitar pessoas na área da Administração, onde possam desenvolver sistemas administrativos suficientemente fortes e ágeis para garantir a sobrevivência das Organizações, atendendo sempre as necessidades humanas e do mercado ao qual estão inseridos.

Missão do Curso

A missão do Curso de Administração de Empresas é de desenvolver Administradores capacitados para atuar na Ciência da Administração, com competência, integridade e credibilidade, através da busca contínua de conhecimento, objetivando sempre a qualidade e o aprimoramento profissional e organizacional.

Perfil do Egresso

A orientação pedagógica do Curso de Administração de Empresas é voltada para Cultura Organizacional da Sociedade e de suas Instituições, buscando o desenvolvimento de aptidões no aluno (egresso) capazes de acompanhar a realidade atual e a futura de uma forma global, onde este perfil necessita contemplar as seguintes características.

- Visão holística do mercado e da organização; com capacidade de leitura de cenário regionais, nacionais e internacionais;
- Visão das pessoas numa perspectiva de cooperação e com habilidade interpessoal;
- Habilidade individuais, Sociais, Intelectuais e de Conhecimento;
- Conhecimento das áreas Propedêuticas à Administração de Empresas;
- Profundo conhecimento técnico das áreas afins da Administração de Empresas

ANEXO F – Notícias expondo a importância da Ética

Folha de Londrina 14/10/2008 pág.08

Parmalat fecha fábricas, vende ativos e demite.

Respingos da fraude do leite; retratação do consumo, aquisição e forte endividamento impulsionaram crise.

Cristiane Barbieri

São Paulo – Fechamento de fábricas, venda de marcas e ativos, demissões, prejuízos acumulados, ações virando pó. Pela segunda vez em sua história, a Parmalat vive no Brasil um filme de horror empresarial.

Só que, agora, dizem controladores e analistas de mercado, apesar de o roteiro parecer o mesmo, a situação da empresa é completamente diferente e o final da história, por consequência poderá ser outro.

Se em 2004, a crise foi impulsionada pela expansão desmedida e desvios de caixa atribuídos aos controles italianos, desta vez, as causas das dificuldades são diferentes e, em alguns pontos, comuns a outras empresas do setor. Segundo especialistas em agronegócio, as dificuldades começam com o fato de que a retração do consumo, causada pela inflação, foi somada à alta no preço do leite.

No caso da Parmalat, no entanto, o cenário recessivo pegou a empresa num momento de aquisições e forte endividamento. Com fluxo de caixa negativo, demanda por capital de giro e os R\$ 500 milhões obtidos na abertura de capital, já investidos, restou à controladoria da Parmalat, o fundo de investimentos Laep cortar despesas. “A expansão acelerada foi um erro de gestão”, afirma André Gordon, sócio-gestor da GTI Administração de Recursos.

Houve, ainda, outros agravantes. O escândalo da fraude do leite, no qual cooperativas foram acusadas de adicionar soda cáustica e água oxigenada ao produto, pouco antes da abertura de capital do Laep, também afetou suas vendas.

Além disso, a Parmalat também foi punida ao optar pela emissão de BDRs (Brazilian Depositary Receipts) em vez de ações no Novo Mercado. Com a quebra e a prisão dos controladores da empresa de agronegócio Agrenco, ficou claro para os investidores que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), tem controle reduzido sobre os emissores de BDRs.

Outro agravante do cenário foi a venda, no início do mês, das ações do Laep que estavam na mãos do fundo de investimentos americano Gavião. Sozinho, o fundo era dono de 24,36% da empresa. As ações foram vendidas ao UBS de Londres e ainda estão no mercado. “Ao vender um lote desse tamanho, num momento em que ninguém está interessado na empresa, os papéis caíram mais ainda”, diz Gordon.

Na sexta-feira, as ações da Laep eram cotadas a R\$ 0,59. Na virada do ano, o papel valia R\$ 8,20. Segundo analistas, a queda é exagerada. Apesar de as ações disponíveis somarem R\$ 85 milhões, os ativos do Laep valem quatro vezes esse valor.

A marca Parmalat também é uma das valiosas do setor e a empresa é a única a ter distribuição nacional. Além disso, os planos da integralat, outra empresa do grupo que pretende estruturar a produção de leite, devem começar a dar resultados até o meio de 2009, quando a empresa terá 26 mil vacas de maior produtividade.

O Laep também está preocupado em fazer caixa. Nas últimas semanas, fechou fábricas, colocou o jato corporativo à venda e vendeu a Poços de Caldas pelos mesmos R\$ 50 milhões com os quais a comprara quatro meses antes. Formalização do setor.

A Parmalat também tem atuado junto às demais empresas do setor, para tentar formalizar o mercado leiteiro, um dos mais atrasados do agronegócio brasileiro. Os processadores de leite têm feito pressão junto a supermercados fornecedores, entidades de classe e governo para tentar reduzir a informalidade a sonegação e, principalmente, aumentar a fiscalização em empresas que não seguem os procedimentos estabelecidos pela legislação sanitária.

Folha de Londrina 14/10/2008 pág.03

Sonegação é defesa contra incompetência política.

Contribuintes não confiam na destinação dos recursos vindos dos impostos, afirma o especialista em Direito Tributário Alejandro Altamirano.

Luciano Augusto

A sonegação de impostos funciona hoje como uma vacina que o contribuinte toma para amenizar o apetite do estado e abocanhar pedaços cada vez maiores de recursos. E quem disse isso é uma referência mundial no tema: o advogado argentino e professor doutor da Universidade Austral Alejandro Altamirano. Ele esteve em Londrina para ministrar uma conferência sobre “responsabilidade tributária de sócios e administradores de sociedade”, que abriu o 3º Congresso de Direito Tributário promovido pelo Instituto de Direito Tributário de Londrina.

Em entrevista exclusiva à Folha, Altamirano comentou que a sonegação não será extirpada enquanto o sistema tributário continuar pesando sobre o contribuinte sem que os governos consigam oferecer a contrapartida em serviços públicos que os cidadãos merecem. “Há um divórcio entre o que os políticos fazem com o dinheiro arrecadado e a percepção que os contribuintes têm a respeito da utilização destes recursos.” Opinou.

O professor falou também sobre a desarmonia das leis tributárias entre os países do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai), que emperra o desenvolvimento comercial do bloco sul-americano. Para o especialista, a maturidade não será atingida enquanto o assunto continuar sendo tratado muito mais sobre o ponto de vista político do que econômico.

ANEXO G – Matriz Curricular dos Cursos de Administração de Empresas

Currículo da Instituição Pesquisada 2009.

1ºAno

DISCIPLINA	C.H. SEMANAL	C.H. ANUAL
<u>Economia</u>	3	90
<u>Filosofia</u>	2	60
<u>Instituições de Direito</u>	2	60
<u>Língua Portuguesa</u>	3	90
<u>Matemática</u>	3	90
<u>Metodologia Científica</u>	2	60
<u>Noções de Contabilidade para Administradores</u>	2	60
<u>Psicologia</u>	2	60
<u>Sociologia</u>	2	60
<u>Teorias de Administração</u>	4	120

2ºAno

<u>Ciência Política</u>	2	60
<u>Contabilidade Comercial</u>	2	60
<u>Direito Administrativo</u>	2	60
<u>Direito Social e Trabalhista</u>	2	60
<u>Estatística</u>	4	120
<u>Informática - Microinformática</u>	4	120
<u>Legislação Tributária e Prática Comercial</u>	2	60
<u>Matemática Financeira</u>	3	90
<u>Política Empresarial</u>	2	60
<u>Sociologia Aplicada a Administração</u>	2	60

3ºAno

<u>Administração de Recursos Humanos</u>	4	120
<u>Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais</u>	2	60
<u>Administração de Sistemas de Informação</u>	1	30
<u>Análise e Demonstrativos Contábeis</u>	2	60
<u>Contabilidade de Custos</u>	3	90
<u>Elaboração e Análise de Projetos</u>	2	60
<u>Organização de Pesquisa e Métodos</u>	3	90
<u>Pesquisa Operacional</u>	2	60
<u>Psicologia Aplicada a Administração</u>	2	60
<u>Qualidade Total</u>	2	60
<u>Técnica de Chefia e Liderança</u>	2	60

4ºAno

<u>Administração de Sistemas de Produção</u>	4	120
<u>Administração Financeira e orçamentária</u>	4	120
<u>Administração Mercadológica</u>	4	120

<u>Estágio Supervisionado</u>	10	300
<u>Teoria Microeconômica</u>	3	90

Currículo da Universidade Estadual de Londrina 2009.

Disciplinas	Carga Horária
1° semestre	
Fundamentos de Administração	68
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Administração	34
Economia de Empresas	68
Psicologia Aplicada à Administração	34
Sociologia Aplicada à Administração	68
2° semestre	
Evolução do Pensamento Administrativo	68
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Administração II	34
Contabilidade Geral	68
Estatística Aplicada à Administração I	68
Filosofia Aplicada à Administração	68
Matemática para Administração	34
3° semestre	
Fundamentos de Marketing e Pesquisa de Mercado	68
Administração de Produção e Operações	68
Análise de Custos	68
Empreendedorismo e Elaboração de Projetos de Negócios I	34
Matemática Comercial e Financeira	34
Fundamentos do Direito Administrativo.	34
4° semestre	
Projeto Organizacional	68
Análise de Investimentos e Mercado de Capitais	68
Gestão de Pessoas	68
Empreendedorismo e Elaboração de Projetos de Negócios II	34
Legislação Tributária	68
Legislação Social	34
5° semestre	
Administração de Marketing I	68
Administração de Materiais e Logística	68
Administração Financeira	68
Consultoria em Organizações I	68
Estatística Aplicada à Administração II	68
6° semestre	
Administração de Marketing II	68
Administração da Produção e Operações II	68
Administração de Sistema de Informação	68
Gestão de Pessoas II	68

Orçamento Empresarial	34
Consultoria em Organizações II	34
7° semestre	
Administração de Marketing III	68
Administração Estratégica	68
Gestão de Pessoas III	34
Negociação Empresarial	34
Economia de Empresas II	68
Trabalho de Conclusão de Curso I	100
8° semestre	
Comércio Exterior	68
Laboratório de Administração e Negócios (Jogos de Empresas)	34
Ética Empresarial e Responsabilidade Social nos Negócios	34
Gestão de Projetos	68
Modelos de Tomadas de Decisão	34
Controle de Gestão	34
Trabalho de Conclusão de Curso II	68

Curriculo do Curso de Administração da Fundação Getúlio Vargas 2009.

disciplinas	
1° semestre	
Experiência Empreendedora 1	
Introdução à Gestão	
Introdução ao Brasil Contemporâneo	
Introdução à Tecnologia de Informação	
Matemática Financeira	
Introdução ao Marketing	
2° semestre	
Experiência Empreendedora II	
Contabilidade Financeira e Gerencial I	
Fundamento da Psicologia para a Administração	
Filosofia e Dilemas Éticos	
Matemática II	
Estatística I	
3° semestre	
Estatística II	
Microeconomia Intermediária Aplicada	
Laboratório de Microeconomia	
4° semestre	
Projeto de Organização Local	
Estatística III	
Modelagem para Apoio para Tomada de Decisão	
5° semestre	
Processos Psicológicos da Relação Homem-Trabalho	
Macroeconomia Intermediária Aplicada	
Eletivas	
6° semestre	
Projeto de Rede Nacional	
Eletivas	
7° semestre	
Eletivas	
Atividades Complementares	
Estágio Supervisionado	
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso	
Trabalho de Conclusão de Curso	
8° semestre	
Eletivas	
Estágio Supervisionado	
Trabalho de Conclusão de Curso	